



2307680

08020.002476/2016-24



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

**Nota Técnica nº 65/2016/COGEP SENASP/DEPRO/SENASP**

APÓS ANÁLISE DA EMENDA PARLAMENTAR 30360009/2016, DO PLANO DE TRABALHO E DOS ANEXOS VERIFICOU-SE A NÃO ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA Nº 009985/2016 PELA EXISTÊNCIA DOS SEGUINTE IMPEDIMENTOS TÉCNICOS:

Portaria Interministerial nº 39, de 5 de Fevereiro de 2016, art. 2º, §1º:

VII - a não aprovação do plano de trabalho; e

VIII - outras razões de ordem técnica, devidamente justificadas: não apresentação de orçamentos.

### **I - ABA DADOS DA PROPOSTA**

#### **1ª ABA - DADOS**

1 JUSTIFICATIVA - A justificativa está adequada.

1.2 OBJETO DO CONVÊNIO - O objeto apresentado está adequado.

1.3 ANEXO DE CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL: A referida declaração não apresentou informações adequadas e/ou necessárias quanto aos tópicos 1.4; 1.6; 1.7; 1.8; 1.9.

1.4 DATAS - preenchimento adequado.

1.5 VALORES - Preenchimento adequado.

1.6 DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA - Declaração adequada.

### **II. ABA PLANO DE TRABALHO**

#### **1ª ABA - CRONO FÍSICO**

1. preenchimento adequado.

1.2 ETAPAS DENTRO DA META: Preenchimento adequado.

**2ª ABA - CRONO DESEMBOLSO** - Preenchimento adequado.

### 3ª ABA - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

1. DESCRIÇÃO DOS BENS - Não foi informado em qual item será realizada a contrapartida.

2. CÓDIGOS DE NATUREZA DE DESPESAS - Verificar a natureza de despesa dos BENS. O proponente deve informar os códigos de acordo com a execução de suas contas, mas deve ser observado se estão corretos, pois equívocos na classificação das despesas poderão inviabilizar a aprovação da proposta. **A responsabilidade pela correta classificação de cada despesa prevista no projeto em seus respectivos códigos de natureza é de responsabilidade do proponente.**

a) As despesas de capital/investimento (4) são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de permanente.

b) Entende-se por despesas de custeio aquelas que **não** contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, ou seja, os gastos com a realização de atividades ou execução de serviços ou material de consumo.

3. VALORES - O valor da emenda parlamentar em questão está classificado na natureza de despesa 44 (capital). Sendo assim, se houver bens ou serviços de 33 no Plano de Trabalho apresentado, deverá ser custeado pela contrapartida do proponente.

### 4ª ABA PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

1. Esta aba é preenchida automaticamente a partir das informações inseridas na Aba anterior.

### 5ª ABA - ANEXOS

Os documentos necessários a serem inseridos na aba *ANEXOS* são os relacionados abaixo, entre outros:

1. Projeto Básico do Convênio: **Projeto apresentado contendo valores.**
2. Planilha com relação de bens e endereços: **Não foi apresentada**
3. Três orçamentos (com timbre, assinatura e carimbo da empresa) para cada item (nomear os arquivos com o nome correto).

**Observações sobre esse tópico:** preço de pesquisa do item Diagramação apresentou discrepância nos valores.

## III. PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

1. O Termo de Referência - **Não está assinado.**

## IV. INFORMAÇÕES E CONTATO

Informamos que esta área técnica analisa os projetos tão somente quanto a sua estrutura formal. Ademais, cabe destacar que a citada proposta também foi analisada quanto à sua viabilidade e

adequação aos objetivos do programa, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ou entidade repassador de recursos, conforme as diretrizes elencadas na Portaria Interministerial nº 507/2011.

Caso o prazo das emendas parlamentares seja reaberto, o proponente possui com o presente as informações necessárias para o atendimento dos impedimentos técnicos apontados.

Em caso de dúvida, enviar e-mail para: [angela.christina@mj.gov.br](mailto:angela.christina@mj.gov.br)

Analista Técnico: Ângela Paixão

Telefone: (61) 2025-8983



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA CHRISTINA OLIVEIRA PAIXAO, Assistente Técnico(a)**, em 16/05/2016, às 10:22, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **2307680** e o código CRC **EB6820C6**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site

<http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



2971795

08020.002476/2016-24



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

**Nota Técnica nº 87/2016/COGEP SENASP/DEPRO/SENASP**

**PROCESSO Nº 08020.002476/2016-24**

**Interessado:** SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ACRE

**Emenda Parlamentar:** 30360009/2016.

**Assunto:** 2ª Análise Técnica da Proposta SICONV 009985/2016 do estado do Acre.

**AÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública / 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública.

**APÓS 2ª ANÁLISE DA PROPOSTA, DO PLANO DE TRABALHO E DOS ANEXOS VERIFICOU-SE A NECESSIDADE DE AJUSTES E COMPLEMENTAÇÕES.**

### I - ABA DADOS DA PROPOSTA

#### 1ª ABA - DADOS

1 JUSTIFICATIVA - A justificativa está adequada.

1.2 OBJETO DO CONVÊNIO - O objeto está adequado.

1.3 ANEXO DE CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL - Complementação de tópico na Declaração de Capacidade Técnica e gerencial.

1.3.1 - Em que pese a declaração esteja preenchida e inclusa no campo específico da aba DADOS, **SOLICITAMOS** complementação do documento em questão, incluindo o detalhamento da estrutura dos setores, efetivo, cargos e capacitação de pessoal para executar as fases ensejadas na presente proposta.

1.4 DATAS - Alteração das datas.

1.4.1 - Solicitamos ao proponente que as datas de início e término da vigência sejam alteradas para NOVEMBRO/2016 e NOVEMBRO/2017.

1.5 DADOS BANCÁRIOS - Foi informada a agência adequadamente. A abertura da conta-corrente será realizada automaticamente pelo Sistema após a aprovação da proposta.

1.6 VALORES - O valor está adequado.

1.7 ANEXO DE DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA - Declaração apresentada está adequada.

## **2ª ABA - PARTICIPANTES**

1. Preenchimento adequado.

## **2. ABA PLANO DE TRABALHO**

### **1ª ABA - CRONO FÍSICO**

1. META 1 - **Verificar consonância nas datas informadas.**

1.2 . Verificar as datas informadas tanto nas metas quanto nas etapas de foram que hajam coerencia entre elas. As etapas deverão apresentar datas diferenciadas, de acordo com o cronograma de execução a ser desenvolvido, sendo que é necessário iniciar de acordo com a vigência do convênio e encerrar de acordo com o término da vigência.

2. META 2 - **Verificar consonância nas datas informadas.**

2.2 . Verificar as datas informadas tanto nas metas quanto nas etapas de foram que hajam coerencia entre elas. As etapas deverão apresentar datas diferenciadas, de acordo com o cronograma de execução a ser desenvolvido, sendo que é necessário iniciar de acordo com a vigência do convênio e encerrar de acordo com o término da vigência.

3. META 3 - **Verificar consonância nas datas informadas.**

3.1 . Verificar as datas informadas tanto nas metas quanto nas etapas de foram que hajam coerencia entre elas. As etapas deverão apresentar datas diferenciadas, de acordo com o cronograma de execução a ser desenvolvido, sendo que é necessário iniciar de acordo com a vigência do convênio e encerrar de acordo com o término da vigência.

4. ETAPAS DENTRO DA META: **Verificar consonância nas datas informadas.**

4.1 . Verificar as datas informadas tanto nas metas quanto nas etapas de foram que hajam coerencia entre elas. As etapas deverão apresentar datas diferenciadas, de acordo com o cronograma de execução a ser desenvolvido, sendo que é necessário iniciar de acordo com a vigência do convênio e encerrar de acordo com o término da vigência.

### **2ª ABA - CRONO DESEMBOLSO - Alteração das datas.**

1. Alterar, como sugestão, todas as datas para NOVEMBRO de 2016.

1.1 Lembrete: solicitamos ao proponente que verifique todas as datas informadas na proposta, em todas as abas, e que estejam adequadas em relação à data de início e fim da vigência.

### **3ª ABA - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO**

1. DESCRIÇÃO DOS BENS: Preenchimento Adequado.

**2. CÓDIGOS DE NATUREZA DE DESPESAS** - Confirmar a natureza de despesa dos BENS. O proponente deve informar os códigos de acordo com a execução de suas contas, mas deve ser observado se estão corretos, pois equívocos na classificação das despesas poderão inviabilizar a aprovação da proposta. A responsabilidade pela correta classificação de cada despesa prevista no projeto em seus respectivos códigos de natureza é de responsabilidade do proponente.

a) As despesas de capital (44) são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de permanente.

b) Entende-se por despesas de custeio (33) aquelas que **não** contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, ou seja, os gastos com a realização de atividades ou execução de serviços ou material de consumo.

**3. VALORES** - O valor de custeio deve ser correspondente ao disponível no convênio, o mesmo se aplica ao valor disponível para capital. Verificar se o valor total do Plano de Aplicação Detalhado corresponde ao valor global do convênio.

#### **4ª ABA PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO**

1. Esta aba é preenchida automaticamente a partir das informações inseridas na Aba anterior.

#### **5ª ABA - ANEXOS**

**1. PROJETO BÁSICO DO CONVÊNIO** - O projeto básico está adequado.

**2. PESQUISA MERCADOLÓGICA** - Apresentar novos orçamentos.

*2.1 Visto que há discrepância nos valores do item DIAGRAMAÇÃO, solicitamos nova pesquisa de preço para o item mencionado.*

#### **3. ABA - PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. TERMO DE REFERÊNCIA** - Verificar documento.

*1.1 Tendo em vista o item Diagramação ter apresentado discrepância nos preços, favor rever o documento.*

**5. DECLARAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL** - Anexar Declaração na aba Anexos.

*1.1 - De acordo com o Comunicado Nº 010 de 2016, de 29 de julho de 2016 - Portais da Transparência, esta concedente deve verificar a regularidade quanto ao cumprimento da Lei da Transparência pelos entes da federação. Neste sentido, solicitamos o preenchimento, assinatura e inclusão da comprovação da transparência mediante Declaração Perante o Tribunal de Contas Estadual, conforme modelo abaixo:*

## DECLARAÇÕES PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que o **NOME DO ESTADO OU MUNICÍPIO** atende aos seguintes requisitos:

- conforme o parágrafo único do art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, instituiu, previu e arrecadou os impostos de competência constitucional;
- conforme o art. 23, § 3º e art. 25, inciso IV, alínea “c” da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, não possui vedação ao recebimento de transferência voluntária por descumprimento dos seguintes limites:
  - despesa total com pessoal, constante do Anexo I do RGF;
  - dívidas consolidada e mobiliária, constantes do Anexo II do RGF;
  - operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, constante do Anexo IV do RGF; e
  - inscrição em Restos a Pagar, aplicável para o último ano do mandato, constante do Anexo VI do RGF.
- conforme o art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, respeitou o limite referente às despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias público-privadas já contratadas no ano anterior e as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes projetada para os respectivos exercícios;
- não realizou operação de crédito enquadrada no § 1º do art. 33 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e
- conforme o art. 73-C da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, divulgou a execução orçamentária e financeira por meio eletrônico de acesso ao público e de informações pormenorizadas relativas à receita e à despesa.

Cidade, UF, XX de mês de XXXX.

(assinatura)

NOME DO SIGNATÁRIO

Cargo do signatário

**Protocolo TC:**

7. Ainda, anexar **DECLARAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, conforme modelo abaixo:

**DECLARAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que o **NOME DO ESTADO OU MUNICÍPIO** apresenta regularidade quanto ao pagamento de precatórios judiciais.

Cidade, UF, XX de mês de XXXX.

(assinatura)

NOME DO SIGNATÁRIO

Cargo do signatário

**Protocolo TJ:**

8. Anexar, na aba anexos, o **QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA - QDD**.

**OBS: A qualquer tempo poderá ser pedido mais documentos comprobatórios.**

**4. PRAZO PARA CUMPRIMENTO DAS DILIGÊNCIAS**

4.1 De acordo com o inciso V, Art 2º da Portaria Interministerial N° 224 de 24 de agosto de 2016, o prazo para cumprimento das diligências será até o dia **22/09/2016**, para possibilitar análise



especializada da Assessoria de Bombeiros da Senasp.

**Destacamos que o não cumprimento da diligência poderá ensejar a aplicação do § 2º do artigo 26 da Portaria Interministerial nº 507/11 – “a ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado implicará a desistência no prosseguimento do processo”.**

Solicitamos alterar somente o que está sendo apontado neste parecer, posto que, a proposta depende de aprovação técnica para que o recurso seja liberado. Esclarecemos que, esta área técnica analisa os projetos tão somente quanto a sua estrutura formal. A proposta também será analisada quanto à sua viabilidade e adequação aos objetivos do programa, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ou entidade repassador de recursos, conforme as diretrizes elencadas na Portaria Interministerial nº 507/2011.

Em caso de dúvida, enviar e-mail para: [angela.christina@mj.gov.br](mailto:angela.christina@mj.gov.br)

Analista Técnico: Ângela Christina Oliveira Paixão

Telefone: (61) 2025-8983



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA CHRISTINA OLIVEIRA PAIXAO, Assistente Técnico(a)**, em 17/09/2016, às 17:22, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **2971795** e o código CRC **D52FBF4D**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



3066331

08020.002476/2016-24



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Nota Técnica nº 121/2016/COGEP SENASP/DEPRO/SENASP

PROCESSO Nº 08020.002476/2016-24

**Interessado:** SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ACRE

**Emenda Parlamentar:** 30360009/2016.

**Assunto:** 4ª Análise Técnica da Proposta SICONV 009985/2016 do estado do Acre.

**AÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública / 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública.

**APÓS 4ª ANÁLISE DA PROPOSTA, DO PLANO DE TRABALHO E DOS ANEXOS VERIFICOU-SE A NECESSIDADE DE AJUSTES E COMPLEMENTAÇÕES.**

### I - ABA DADOS DA PROPOSTA

#### 1ª ABA - DADOS

1. JUSTIFICATIVA - **Formatar a justificativa. Solicitamos que os tópicos abaixo sejam escritos antes de iniciar o detalhamento, e, em caixa alta para melhor visualização conforme exemplificado:**

a) **DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA:** de forma sucinta, descrever os problemas existentes nas regiões a serem trabalhadas pelo Estado;

b) **IMPORTÂNCIA DO PROJETO/PROPOSTA :** apresentar de forma sucinta e direta;

c) **PÚBLICO-ALVO:** quantificar público direto e indireto;

d) **CONTEXTUALIZAÇÃO/DISSERTAÇÃO DO PROJETO/PROPOSTA;**

e) **OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS:** devem ser claros e bem definidos;

f) **COMPATIBILIDADE DO PROJETO/PROPOSTA COM O PROGRAMA FEDERAL:** Alinhamento com as ações da SENASP.

g) **RESULTADO ESPERADO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO INDICADOR DE DESEMPENHO PARA AUFERIR O CUMPRIMENTO DO OBJETO:** quantificar o resultado.

1.2 OBJETO DO CONVÊNIO - Objeto adequado. "Elaboração de diagnósticos qualificados para o Laboratório de Estudo e Pesquisa da Violência e da Criminalidade - LEPESC visando subsidiar ações,

*projetos e programas desenvolvidos no âmbito da política de Segurança Pública do Estado do Acre."*

### **1.3 ANEXO DE CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL - Complementação de tópico na Declaração de Capacidade Técnica e gerencial.**

*1.3.1 - Solicitamos que seja informado na complementação da declaração anexada que a instituição possui quadro efetivo capacitado na operacionalização no sistema Siconv em todas as fases do convenio: proposta, conveniamento, reformulações do plano de trabalho, prorrogações de prazo, aditivos de aumento de contrapartida e utilização de rendimentos de aplicação financeira, inclusão de documentos, inclusão de documentos, pagamentos e prestação de contas.*

*1.3.1 Informar o número de efetivo que compõe a estrutura do projeto apresentado.*

1.4 DATAS - Datas preenchidas corretamente.

1.5 DADOS BANCÁRIOS - Foi informada a agência adequadamente. A abertura da conta-corrente será realizada automaticamente pelo Sistema após a aprovação da proposta.

1.6 VALORES - Valores preenchidos adequadamente - Valor de Repasse Concedente: R\$ 126.218,00 (cento e vinte e seis mil duzentos e dezoito reais)

Valor de Contrapartida Proponente: R\$ 2.582,00 (dois mil quinhentos e oitenta e dois reais)

1.7 ANEXO DE DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA - Declaração com valores corretos e objeto.

## **2ª ABA - PARTICIPANTES**

1. Preenchimento adequado.

## **2. ABA PLANO DE TRABALHO**

### **1ª ABA - CRONO FÍSICO**

1. META 1 - Preenchimento adequado.

2. ETAPAS DENTRO DA META: Preenchimento adequado.

**2ª ABA - CRONO DESEMBOLSO** - Preenchimento adequado.

### **3ª ABA - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO**

1. DESCRIÇÃO DOS BENS - Preenchimento adequado.

**2. CÓDIGOS DE NATUREZA DE DESPESAS** - Confirmar a natureza de despesa dos BENS. O proponente deve informar os códigos de acordo com a execução de suas contas, mas deve ser observado se estão corretos, pois equívocos na classificação das despesas poderão inviabilizar a aprovação da proposta. A responsabilidade pela correta classificação de cada despesa prevista no projeto em seus respectivos códigos de natureza é de responsabilidade do proponente.

a) As despesas de capital (44) são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de permanente.

b) Entende-se por despesas de custeio (33) aquelas que **não** contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, ou seja, os gastos com a realização de atividades ou execução de serviços ou material de consumo.

**3. VALORES** - O valor de custeio deve ser correspondente ao disponível no convênio, o mesmo se aplica ao valor disponível para capital. Verificar se o valor total do Plano de Aplicação Detalhado corresponde ao valor global do convênio.

#### **4ª ABA PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO**

1. Esta aba é preenchida automaticamente a partir das informações inseridas na Aba anterior.

#### **5ª ABA - ANEXOS**

**1. PROJETO BÁSICO DO CONVÊNIO** - Documento adequado.

**2. PESQUISA MERCADOLÓGICA** - Apresentar orçamentos dentro da validade.

#### **3. ABA - PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. TERMO DE REFERÊNCIA** - O Termo de referência foi reajustado, contudo não houve atualização dos orçamentos apresentando validade expirada.

**2. RELAÇÃO DE BENS** - Não há bens na presente proposta e somente serviços.

**3. DECLARAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL** - Foram apresentadas.

**4. QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA - QDD** - Identificar no documento a previsão do orçamento destinado a referida emenda.

**OBS: A qualquer tempo poderá ser pedido mais documentos comprobatórios.**

#### **4. PRAZO PARA CUMPRIMENTO DAS DILIGÊNCIAS**

4.1 De acordo com o inciso V, Art 2º da Portaria Interministerial N° 224 de 24 de agosto de 2016, o prazo para cumprimento das diligências será até o dia **31/10/2016**.

**Destacamos que o não cumprimento da diligência poderá ensejar a aplicação do § 2º do artigo 26 da Portaria Interministerial nº 507/11 – “a ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado implicará a desistência no prosseguimento do processo”.**

Solicitamos alterar somente o que está sendo apontado neste parecer, posto que, a proposta depende de aprovação técnica para que o recurso seja liberado. Esclarecemos que, esta área técnica analisa os projetos tão somente quanto a sua estrutura formal. A proposta também será analisada quanto à sua viabilidade e adequação aos objetivos do programa, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ou entidade repassador de recursos, conforme as diretrizes elencadas na Portaria Interministerial nº 507/2011.

Em caso de dúvida, enviar e-mail para: [angela.christina@mj.gov.br](mailto:angela.christina@mj.gov.br)

Analista Técnico: Ângela Christina Oliveira Paixão



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA CHRISTINA OLIVEIRA PAIXAO, Assistente Técnico(a)**, em 05/10/2016, às 21:38, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **3066331** e o código CRC **959CA261**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



## Programa

### 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública

## Ação Orçamentária

### 8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

Produto:	Projeto apoiado	Unidade de medida:	unidade
----------	-----------------	--------------------	---------

Momento da ação: Lei+Créditos

Programa: 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública

Objetivo:

Promover a redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas.

Unidade Orçamentária Responsável: 30101 - Ministério da Justiça - Administração Direta

Esfera: 10 - Orçamento Fiscal

Função: 06 - Segurança Pública

SubFunção: 181 - Policiamento

Unidade Responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Tipo de ação: Atividade

Origem: PLOA

Ação de Insumo Estratégico: Não Regionalização na Execução: Não

Beneficiário:

Órgãos e Instituições de Segurança Pública

Base legal:

Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007 e Lei nº 11.707 de 19 de junho de 2008.

Descrição:

Apoio a projetos voltados prioritariamente à implantação do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, com foco na modernização de órgãos e instituições de segurança pública.

Especificação do Produto:

Projetos apoiados nas áreas de: - Policiamento preventivo estruturado com equipamentos menos letais;  
- Modernização dos órgãos de perícia oficial;  
- Estruturação de delegacias especializadas em investigação de homicídios e atendimento à mulher;  
- Criação, fomento e articulação de Núcleos de Estatística, Análise Criminal e Inteligência;  
- Fortalecimento das Guardas Municipais.

Forma de implementação: Direta; Descentralizada;

Detalhamento da Implementação:

- Direta: aquisição de bens e serviços pela SENASP.  
- Descentralizada: celebração de convênios, termos de execução descentralizada e contrato de repasse, objetivando aquisição de bens e serviços, adequações de instalações físicas para o aprimoramento da gestão, bem como acordo de cooperação técnica com organismos internacionais.

Participação social: Não

## Plano Orçamentário

### 0000 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública - Despesas Diversas

Caracterização

Unidade Medida

Produto



## Plano Orçamentário

## 0002 - Reestruturação e Modernização das Instituições de Segurança Pública

## Caracterização

Desenvolvimento de diagnósticos na área de segurança pública; apoio a projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, para o desempenho das atividades de segurança pública; apoio a projetos de aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo das instituições de Segurança dos Estados, Distrito Federal e Municípios, tais como: aquisição de viaturas técnicas, veículos, embarcações e aeronaves voltadas ao emprego operacional; equipamentos de proteção individual; equipamentos de radiocomunicações, videomonitoramento de via públicas.

Unidade Medida unidade

Produto Projeto apoiado

## Plano Orçamentário

## 0004 - Reestruturação de Unidades de Perícia dos Estados e do Distrito Federal

## Caracterização

Implantação de projetos de fortalecimento das unidades de perícia da capital e de unidades descentralizadas localizadas no interior dos estados, que realizem exames periciais rotineiros relacionados aos crimes violentos (local de crime, balística forense, medicina legal, química, DNA, identificação e informática).

Unidade Medida unidade

Produto Unidade adaptada

## Plano Orçamentário

## 000B - Fortalecimento das Unidades Policiais de Investigação, Prevenção e Repressão à Crimes Violentos Letais Intencionais

## Caracterização

Implantação de projetos de fortalecimento das unidades de perícia da capital e de unidades descentralizadas localizadas no interior dos estados, que realizem exames periciais rotineiros relacionados aos crimes violentos (local de crime, balística forense, medicina legal, química, DNA, identificação e informática).

Unidade Medida unidade

Produto Projeto apoiado

## Plano Orçamentário

## 000D - Fortalecimento do Sistema de Inteligência em Segurança Pública dos Estados, Municípios e do Distrito Federal

## Caracterização

Apoio a projetos para fortalecimento do Sistema Estadual, Municipal e Distrital de Inteligência em Segurança Pública, por meio de investimento para aquisição, instalação de equipamentos e serviços (sistemas de inteligência e interceptação de sinais, Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro, viaturas técnicas, equipamentos etc), descentralização das atividades de inteligência por meio da criação de núcleos descentralizados de inteligência, de criação de normativas e padrões de procedimentos.

Unidade Medida unidade

Produto Projeto apoiado

## Plano Orçamentário

## 000F - Sistema de Indexação Balística - SISBALA

## Caracterização

Implementação de sistema de indexação balística nos órgãos de perícia dos Estados.

Unidade Medida unidade

Produto Sistema implementado

## Plano Orçamentário

## EBAN - Emenda de Bancada

## Caracterização

Emenda de Bancada

Unidade Medida

Produto

## Plano Orçamentário

## EIND - Emenda Individual

## Caracterização

Emenda Individual

Unidade Medida

Produto



## ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

### AUTOR DA EMENDA

3036 - Alan Rick

### EMENDA

30360009

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Apropriação - Inclusão

#### ÁREA DE GOVERNO

Justiça e Segurança Pública

#### MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

060 Fortalecimento do/da

#### TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

501 Órgãos de Segurança

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

1200000 - Acre

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ministério da Justiça

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

06.181.2081.8855

Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

No Estado do Acre

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

#### QUANTIDADE

1

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

##### GND

3 Outras Despesas Correntes

##### MOD. APLICAÇÃO

30 Transf. a Est. e ao DF

##### RP

6

##### Valor Acrescido

126.218

TOTAL .....

126.218

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

##### SEQUENCIAL

004411

##### FONTE

100

##### GND

9 Reserva de Contingência

##### MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

##### ID

0

##### RP

2

##### Valor Deduzido

126.218

TOTAL .....

126.218

#### JUSTIFICATIVA

Desde a segunda metade da década de 1970, a violência e a criminalidade tem se revelado um dos principais problemas da agenda pública no Brasil. Ao longo das décadas seguintes, a questão ganha proporções ainda maiores e, desde então, sua dramaticidade só tem se acirrado. A magnitude do problema e seus desdobramentos funestos nas áreas sociais, econômicas e política, assim como para a própria civilidade da dinâmica social brasileira têm levado, nos últimos vinte anos, a mobilização de profissionais das mais diversas áreas. Entender as dinâmicas que alimentam a violência e a criminalidade, definir suas causas e buscar soluções para lidar com o problema tem sido um desafio do qual alguns pesquisadores das áreas de ciências sociais, jurídicas e humanas têm participado com empenho no debate público. A violência e a criminalidade são marcos da sociabilidade contemporânea brasileira e, hoje, um dos maiores entraves para a consolidação da democracia no país. Assim, a violência e a criminalidade se impõem como um problema cuja abordagem é um imperativo para aqueles que se batem pela universalização do Estado de Direito. Embora não poucos esforços venham sendo feitos nos últimos anos, há uma agenda enorme a ser cumprida e um papel da maior relevância a ser cumprido por pesquisadores das mais diversas áreas. Nesse contexto, diante da relevância das questões impostas, o fomento à pesquisa sobre a violência e a criminalidade no Acre irá subsidiar a identificação qualificada das causas e impactos do problema enfrentado e, a partir daí, a elaboração de políticas públicas mais efetivas.





GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

**DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL**

1. Declaro, para os devidos fins de comprovação junto ao Ministério da Justiça , que a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP, inscrita no CNPJ sob o nº 63.608.947\0001-08, dispõe de toda a estrutura e recursos necessários para a execução do objeto da Proposta de convênio nº 010470/2016, de acordo com o inciso V do art. 19 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24 de novembro de 2011, nos seguintes termos:

1.1. Administrativa/técnica: Setor de Compras e Licitações (5 integrantes), Convênios(1 integrante), Assessoria Jurídica (3 integrantes), Tecnologia da Informação (3 integrantes) em funcionamento na estrutura da Secretaria;

1.2. Pessoal qualificado: O Laboratório de Estudo e Pesquisa da Violência e Criminalidade - LEPESC conta com profissionais graduados e pós-graduados (1 profissional com Mestrado e 2 profissionais com Especialização) / conta com termo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Acre;

1.3. Estrutura organizacional: O LEPESC conta com Coordenação (1), Técnicos (2) e (1) estagiário para a operacionalização;

1.4. Instalações: O local para funcionamento está localizada na Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria de Segurança Pública: em uma sala anexa a Diretoria;

1.5. Equipamentos: O LEPESC conta com equipamentos para gestão e desenvolvimento de pesquisas.

2. Dessa forma, encontra-se apta à perfeita execução das Metas especificadas no Plano de Trabalho constante do SICONV.

Rio Branco – AC, 20 de setembro de 2016.

Atenciosamente,

**Emylson Farias da Silva**  
*Secretário de Segurança Pública*



**ESTADO DO ACRE**  
**Secretaria de Estado de Segurança Pública**

---

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE CONTRAPARTIDA**

Declaro, para fins de comprovação junto ao Ministério da Justiça - Programa Calha Norte, que a Secretaria de Estado de Segurança Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 63.608.947/0001-08, dispõe de recursos orçamentários, no corrente exercício, necessários à contrapartida do programa nº 3000020160149, no valor de R\$ 128.800,00 (cento e vinte e oito mil e oitocentos reais) com valor de contrapartida de R\$ 2.582,00 (dois mil quinhentos e oitenta e dois reais), e que a mesma deverá ser atendida por meio de recursos financeiros, conforme elementos(s) orçamentários(s) abaixo:

**Órgão:** 719 – Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP

**Unidade Orçamentária:** 004 – Comitê de Gestão Integrada

**Função/Sub função:** 06 - Segurança Pública

**Programa:** 181– Policiamento.

**Subprograma:** 1119– Programa de Segurança Pública.

**Projeto/Atividade:**

**Natureza da Despesa:** 339039

**Valor:** R\$ 2.582,00

**Fonte de Recurso:** 100 (recurso próprio).

**Emylson Farias da Silva**  
*Secretário de Segurança Pública*

Rio Branco – Ac, 10 de março 2016.



**Estado do Acre**

**Secretaria de Estado de Segurança Pública**

---

## **PLANO DE TRABALHO**

### **PROJETO BÁSICO**

**RIO BRANCO - ACRE**

**2016**

## MODELO DO PRÉ-PROJETO – PROPOSTA

<b>Órgão/Entidade do Proponente:</b> Secretaria de Estado de Segurança Pública				<b>CNPJ:</b> 63.608.947/0001-08	
<b>Endereço:</b> Avenida Getúlio Vargas, nº. 232 – Subsolo do Palácio das Secretarias					
<b>Cidade:</b> Rio Branco	<b>UF:</b> AC	<b>CEP:</b> 69.900-000	<b>DDD/TELEFONE</b> (68) 3224-1183	<b>FAX</b>	
<b>Conta Corrente:</b>		<b>Banco:</b>		<b>Agência:</b>	
<b>Nome do responsável pela Instituição:</b> Emylson Farias da Silva			<b>E-mail:</b> gabinete.seguranca@ac.gov.br		
<b>C.I./Órgão Expedidor:</b> 2322 – OAB – AC		<b>Cargo:</b> Secretário de Estado		<b>CPF:</b> 412.613.482-49	
<b>Vigência:</b>		<b>maio/2016 a maio/2017</b>			
<b>1. CARACTERIZAÇÃO/DETALHAMENTO DO PROJETO</b>					
<b>1.1. Objeto</b> Elaboração de diagnósticos qualificados para o Laboratório de Estudo e Pesquisa da Violência e da Criminalidade - LEPESC visando subsidiar ações, projetos e programas desenvolvidos no âmbito da política de Segurança Pública do Estado do Acre.					
<b>1.1.1. Objetivos Gerais:</b> a) Realizar diagnóstico para identificar o perfil das vítimas e autores de crime de homicídio ocorridos no período de 2013 a 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação e <i>modus operandi</i> ; b) Realizar diagnóstico de vitimização e avaliação da atuação das instituições de segurança pública em Rio Branco.					
<b>1.1.2. Objetivos Específicos:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Traçar o perfil das vítimas e autores dos crimes de homicídio;</li><li>• Identificar as causas e fatores relacionados a incidência do homicídio na capital;</li><li>• Mapear as regionais e bairros com maior incidência;</li><li>• Subsidiar a gestão da Política de Segurança, envolvendo os órgãos do SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública - para obtenção de maior eficiência e eficácia na prevenção e redução do homicídio</li></ul>					

na Capital;

- Fomentar ações de prevenção e redução do Homicídio junto a população e instituições governamentais e não governamentais;
- Avaliar a sensação de segurança da população Rio Branquense;
- Subsidiar os gestores na adoção de medidas pró ativas de prevenção ao crime.
- Empregar um instrumento alternativo aos registros oficiais de ocorrências como forma de reconhecer o problema da subnotificação.

## **1.2 Justificativa**

Diariamente no Acre, em especial em Rio Branco, notícias de fatos violentos são veiculadas na imprensa escrita e na mídia eletrônica. Seja nas casas, nas ruas, nos bares, nas festas, no local de trabalho, nas conversas cotidianas o assunto é recorrente. Cada um, em particular, tem uma história a ser contada.

A ocorrência de crimes violentos na sociedade tem se colocado entre as mais importantes preocupações do cidadão brasileiro e pauta de agendas e planos de governo. Isto se deve ao fato de falarmos de um fenômeno que tem afetado a todos indistintamente.

Soluções para conter o avanço da violência e da criminalidade requerem superação do modelo tradicional de Segurança Pública, até então, caracterizado por policiamentos aleatórios e postura reativas dos órgãos policiais, em que a Segurança pouco se antecipa ou evita os problemas de violência. Conter a violência e promover Segurança, além da associação de ações de natureza operacional, preventiva e repressivas, demanda investimentos em pesquisas que subsidiem a elaboração de diagnósticos qualificados dos problemas.

O planejamento e a definição de estratégias necessária a toda Política Pública exige a princípio a identificação das causas dos problemas. Para a Política Pública de Segurança, dada a sua complexidade, urge ao Estado adotar meios e ferramentas que permitam identificar os motivos dos problemas da violência, em especial, o homicídio no Estado. A implantação e consolidação de ações destinadas a redução da violência e da criminalidade se apresenta como um dos principais desafios da Secretaria de Segurança Pública.

Dada sua dimensão e implicações sociais, a violência com destaque para o homicídio se apresenta como um importante objeto de estudo, discussão, reflexão e investigação de pesquisadores e da sociedade em geral.

Contudo observa-se uma carência de estudos especializados e qualificados acerca deste problema com apontamentos e propostas de ações destinadas a trabalhar, minimizar e eliminar as causas que contribuem para o Homicídio e sua incidência. Por mais que a Secretaria possuía o dado estatístico, o número quantitativo por si só,

não é suficiente para retratar ou expressar uma realidade. Sujeitos precisam ser ouvidos, ambientes precisam ser conhecidos para que consigamos ter uma leitura mais próxima do real ou mais adequada dos fenômenos.

Recentemente, a SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública produziu um diagnóstico preliminar dos homicídios no Brasil para subsidiar a elaboração de uma política pública nacional voltada para a redução do homicídio. Entretanto, neste trabalho que elencou alguns indicadores não foi possível fazer a pesquisa de campo propriamente dita em cada Estado e não se fez o cruzamento e associações direta entre os indicadores e os homicídios, conforme os apontamentos do Diagnóstico. Os dados coletados só permitiram apontar algumas possibilidades, hipóteses quanto as causas dos homicídios nas regiões estudadas: “***A proposta foi apenas discutir coincidências e apontar possíveis interpretações e relações.*** (2015:12. Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de homicídios)

Planejar programas e projetos de prevenção e repressão à violência e a criminalidade, desenvolvê-los e executá-los requer acima de tudo, conhecimento prévio, especializado e se possível, científico para se conseguir promover Segurança. Nesse sentido, faz se necessário a realização de diagnósticos e pesquisas, sobretudo, destinados ao entendimento dos fatores associados a motivação do homicídio na Capital.

Com o propósito de fazer circular as informações coletadas e o diagnóstico produzido, dar a mais ampla divulgação ao conhecimento proveniente deste diagnósticos bem como agilizar a empregabilidade prática deste conhecimento por parte dos Gestores dos órgãos de Segurança Pública, identifica-se a necessidade de se fazer a publicação do diagnóstico proposto, por meio de confecção gráfica de exemplares e entrega dos mesmos as instituições públicas. Dada a dimensão do problema diagnosticado: o homicídio, há a pretensão de destinar/entregar exemplares não só para profissionais da Política de Segurança, mas também para profissionais que atuam na gestão de outras Políticas Sociais como Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Juventude e outras, bem como para instituições do Poder Judiciário, Ministério Público e Ministério da Justiça.

A produção do conhecimento científico por meio da realização de pesquisas irá contribuir na compreensão da dinâmica da violência e da criminalidade existente em Rio Branco e subsidiará a tomada de decisões dos gestores e a elaboração de políticas públicas mais efetivas.

O investimento desta natureza, pleiteado pela presente proposta, certamente promoverá melhoria na oferta dos serviços de segurança e na gestão da Política de Segurança Pública

**1.3 Diagnóstico e contextualização do problema a ser resolvido, fundamentado em dados oficiais da instituição associados à natureza da proposta, pesquisas e análises documentais correlatas para comprovações das demandas institucionais, que justifiquem a intervenção pretendida:**

O Estado do Acre tem todo seu território na faixa de fronteira e consequentemente sofre consequências por sua condição geográfica. Possui uma extensa fronteira seca com a Bolívia (618 km) e com o Peru (1.350 km), países considerados como um dos maiores produtores de cocaína do mundo. Esses países juntos são responsáveis por mais de 10% do cultivo de coca do mundo, com aproximadamente 90.000 ha plantados. Faz divisa com os Estados de Rondônia e Amazônia que também sofrem com os mesmos problemas relacionados a crimes de fronteira. O seu posicionamento geográfico favorece para que seja usado como corredor para o tráfico ilegal de drogas, fazendo com que o Brasil se torne um dos principais países de trânsito do produto.

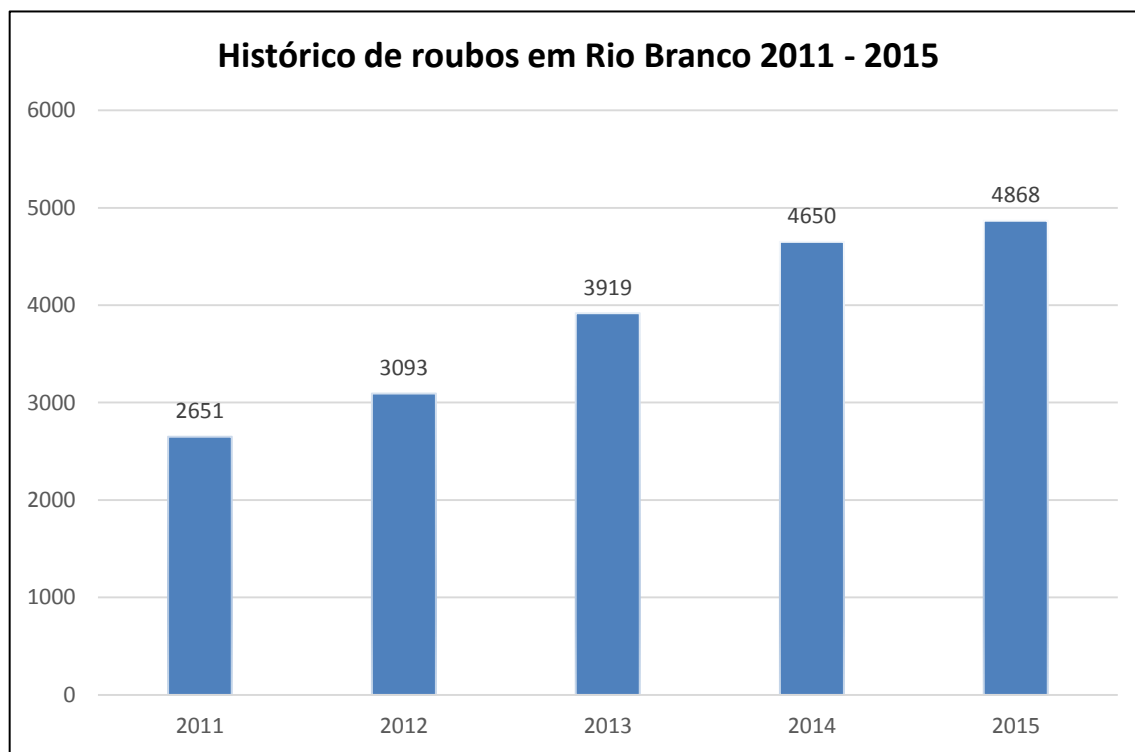
Por estar localizado na tríplice fronteira Brasil, Bolívia e Peru, destaca-se que os crimes mais recorrentes nas fronteiras afetam não somente os municípios fronteiriços, mas também a capital, lugar em que há um desdobramento maior do crime e em que as implicações deságuam com mais intensidade. Entender se o crime e a violência possui alguma especificidade relacionada as questões fronteiriças, se a região de fronteira exerce alguma influência na natureza dos crimes cometidos no Estado do Acre é uma estratégia de suma importância para desenho de ações de prevenção e redução do homicídio, bem como para a prevenção e repressão da criminalidade no Estado.

Dos crimes de fronteira mais observados junto a Bolívia temos: Tráfico de armas de fogo e munições; Tráfico de pessoas; Exploração e tráfico ilegal de recursos ambientais; Tráfico de entorpecentes; Exploração do trabalho infantil e trabalho escravo; Contrabando, descaminho e evasão de divisas; Abigeato (furto de gado); Roubo e furto de veículos; Lavagem de dinheiro; com o Peru temos: Roubo exploração de madeira brasileira; Refúgio de criminosos; Narcotráfico - complexo produtivo; Imigração clandestina; Pistolagem; Tráfico de armas.

Um olhar não muito aprofundado mostra que o perfil da criminalidade no Acre vem se alterando, registram-se assaltos coordenados em bancos e estabelecimentos comerciais de grande porte, roubo de veículos com utilização de armas de fogo, tanto nos municípios fronteiriços como na capital Rio Branco e homicídios com indícios de execução por grupos organizados. Um breve levantamento nos registros criminais, mostra que os dados se comportaram de forma evolutiva, apontando um crescimento de diversas naturezas criminais no Estado.

Os registros de roubos ocorridos em Rio Branco demonstram um acentuado crescimento. Ao compararmos o total de 2015 com o de 2011, verifica-se um aumento de 83% nas ocorrências, conforme ilustra o Gráfico 1. Em 2015, foi registrado o maior número de ocorrências de roubos considerando o legado de informações do Centro integrado de Operações em Segurança Pública – CIOSP.

Gráfico 1: Número de roubos em Rio Branco, 2011 - 2015.

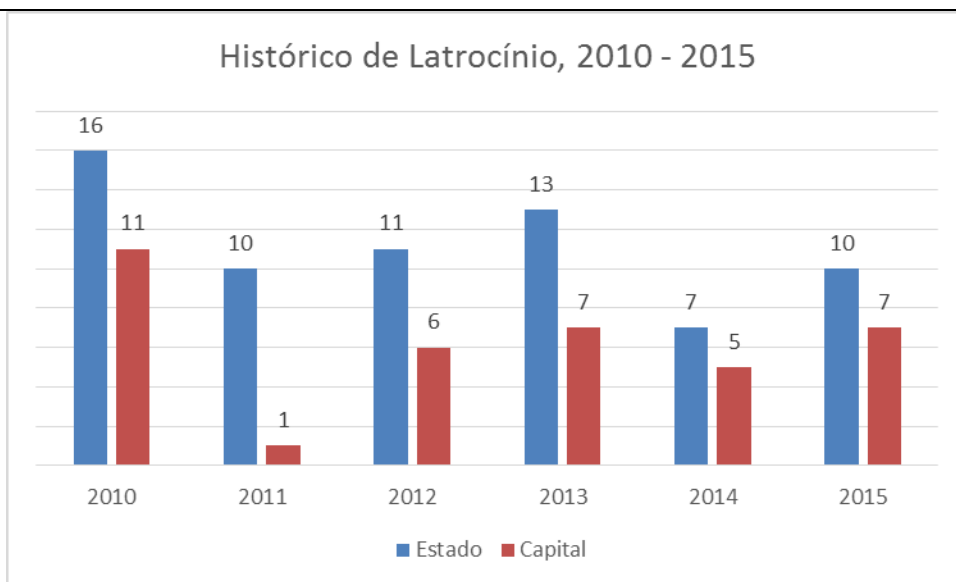


Em 2015, a média diária de roubos em Rio Branco foi de 13 ocorrências, ou seja, uma ocorrência a cada duas horas, aproximadamente.

Quanto ao latrocínio (roubo seguido de morte) em 2015 houve todo o Estado 17 casos. Ao comparar 2011 e 2015 observa-se, de acordo com o gráfico 2, um aumento correspondente a 54% de vítimas desta natureza. Trata-se de um crime que não tem apresentado tendências de redução.

Gráfico 2: Número de latrocínios no Acre, 2011- 2015.





Em se tratando do Homicídios no Estado, ao comparar o total ocorridos e registrados em 2011 e 2015 houve 26% de aumento das vítimas, conforme demonstra o gráfico abaixo (3). A taxa de homicídio a cada grupo de 100.000 no Estado que chegou a 18,5 em 2011 saltou para 23,9 em 2015.

Gráfico 3: Número de homicídios no Acre e Rio Branco, 2011- 2015.



Atualmente, dos indicadores de violência priorizados pela Secretaria Estadual de Segurança, mostra-se preocupante na Capital o cometimento de homicídios. Ao observarmos o banco de dados estatísticos da Secretaria Estadual de Segurança identifica-se que a partir de 2013 há uma concentração dos homicídios dolosos na cidade de Rio Branco que a cada ano tem ultrapassado a metade de todos os casos ocorridos no Estado. Esta concentração correspondeu as seguintes porcentagens: 56 % dos 206 homicídios ocorridos em 2013; 61 % dos 195 homicídios ocorridos em 2014; e, 59% dos 192 homicídios ocorridos em 2015.

Com grande repercussão na mídia, no dia-a-dia do cidadão e na sensação de segurança da população, este tipo de crime traz alguns transtornos e prejuízos irreparáveis, pois há a subtração de vidas. Trata-se de um crime que pode estar associados à diversas causas como tráfico de drogas, gangues, violência doméstica, violência interpessoal, obtenção de bens patrimoniais para a manutenção de grupos criminosos e outros motivos.

O diagnóstico preliminar dos homicídios no Brasil feito recentemente pela SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública para subsidiar a política nacional de redução dos homicídios trabalha com um leque de indicadores e analisa algumas causas que estão associadas aos homicídios no país. Contudo não apresenta um trabalho pormenorizado com pesquisa qualitativa e análise situacional em cada Estado.

A publicação aponta que a Região Norte é a segunda região com a mais alta taxa do Brasil. Do conjunto de Estado que compõe esta região, o Acre apresenta uma das maiores taxa (30,02), juntamente com a Capital, Rio Branco (31,4). Trata-se de uma situação que reforça a necessidade de destinarmos um olhar mais atencioso para esta cidade e que exigirá uma canalização de esforços dos órgãos que compõem o Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP.

A presente proposta é de fundamental importância para a execução das ações e da Política de Segurança uma vez que a melhoria da Política de Segurança passa por adoção de ações e tomadas de decisão fundamentadas em diagnóstico, estudos e análise aprofundada dos problemas que afetam a Segurança Pública e a sociedade como um todo.

#### **1.4 Compatibilidade do projeto/proposta com o programa federal: Alinhamento com o Pacto Nacional de Redução de Homicídios.**

O presente projeto se propõe a viabilizar o levantamento de informações qualificadas concernentes ao crime de Homicídio para que os Gestores das Instituições de Segurança Pública tomem decisões melhores fundamentadas para o enfrentamento deste problema e tracem propostas de ações destinadas à prevenção e redução deste crime.

**1.5 Público-alvo:**

As 06(seis) instituições do SISP e seus respectivos gestores político responsáveis por cada instituição:

- Secretaria Estadual de Segurança Pública - SESP;
- Secretaria Estadual de Polícia Civil - SEPC;
- Polícia Militar do Acre - PMAC;
- Bombeiro Militar do Acre – BMAC;
- Departamento de Trânsito – DETRAN;
- Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN

**1.6 Resultados esperados e a mensuração:**

<b>METAS</b>	<b>Impactos</b>	<b>Indicador de desempenho</b>	<b>Ferramenta utilizada na coleta</b>
<b>Meta 1</b> Realizar 01 (um) diagnóstico do perfil das vítimas e autores de crime de homicídio, ocorridos em 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação e modus operandi	- Aumento da efetividade das ações de prevenção e repressão do homicídio.	- Taxa de homicídio;	- Registros de ocorrência dos homicídios nos registros policiais pelo SIGO - Sistema Integrado de Gestão Operacional;
<b>Meta 2</b> Realizar a aplicação e tabulação de 2.000 questionários utilizados como instrumento de pesquisa para coleta de dados em domicílio que serão utilizados para elaboração do diagnóstico de vitimização e avaliação do trabalho das instituições de segurança pública.	- Avaliação da sensação de segurança da população;  - Obter informações que subsidiem a adoção de medidas pró ativas de prevenção ao crime.	- Quantidade total de questionários aplicados e tabulados;	- Aplicação do Questionário;
<b>Meta 3</b> Diagramação do “Diagnóstico do Homicídio em Rio Branco”. <b>OBS: A reprodução do diagnóstico será realizada pela Secretaria de Segurança Pública.</b>	- Difusão do conhecimento para as instituições do Sistema de Justiça Criminal	- Quantidade de instituições que receberão os exemplares.	- Ofício de encaminhamento do exemplar com visto de recebido/entrega pela instituição recebedora;

## **1.7 Planejamento/ Estratégias a serem desenvolvidas, abrangendo os seguintes itens:**

### **1.7.1. Listagem e descrição das metas e respectivas etapas e detalhamento da implementação e da inter-relação entre as mesmas, bem como identificação da execução, por meio de Pessoa Física ou Jurídica:**

**Meta 1 - Realizar 01 (uma) diagnóstico do perfil das vítimas e autores de crime de homicídio ocorridos no período de 2013 a 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação e modus operandi.**

**Etapas 1 - Contratação de serviços para realizar Diagnóstico do perfil das vítimas e autores de crime de homicídio ocorridos em 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação modus operandi.**

**Meta 2 - Realizar a aplicação e tabulação de 2.000 questionários utilizados como instrumento de pesquisa para coleta de dados em domicílio que serão utilizados para elaboração do diagnóstico de vitimização e avaliação do trabalho das instituições de segurança pública.**

**Etapas 1 - Contratação de serviços para realizar a aplicação e tabulação de 2.000 questionários utilizados como instrumento de pesquisa para coleta de dados em domicílio que serão utilizados para a elaboração do diagnóstico de vítimas e avaliação do trabalho das instituições de segurança pública.**

### **Meta 3 – Diagramação do “Diagnóstico do Homicídio em Rio Branco”**

**Etapas 1 – Contratação de serviços para realizar diagramação de uma publicação do Diagnóstico do perfil das vítimas e autores de crime de homicídio ocorridos em 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação modus operandi.**

**OBS: A reprodução do diagnóstico será realizada pela Secretaria de Segurança Pública.**

## **1.8 Descrição da continuidade das ações previstas no projeto**

- Produção de artigos, textos reflexivos e propositivos acerca do problema do homicídio e da política de segurança.
- Repasse das informações e conhecimento obtido na pesquisa para as instituições que compõem o Sistema Integrado da Segurança a fim de subsidiar a gestão e tomada de decisão;

## **1.9 Previsão de estratégias de auto-avaliação**

- Acompanhamento e monitoramento de todas as metas e etapas do Plano de Trabalho da presente proposta e, havendo a necessidade, realizar correções e ajustes das ações previstas.

## **2. METAS: Cronograma de Execução**

<b>Meta 1:</b> REALIZAR DIAGNÓSTICO QUALITATIVO E SITUACIONAL DO HOMICÍDIO EM RIO BRANCO	MAIO/2106 MAIO/2017	–
<b>Meta 2:</b> REALIZAR DA PESQUISA POR MEIO DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS	MAIO/2106 – MAIO/2017	
<b>META 3</b> – DIAGRAMAÇÃO DO “DIAGNÓSTICO DO HOMICIDIO EM RIO BRANCO”	MAIO/2106 – MAIO/2017	

### 3. METODOLOGIA DE TRABALHO

ETAPAS E PERIODO DE EXECUÇÃO			
ETAPA	PROCEDIMENTO	INICIO (Mês/ano)	TÉRMINO (mês/ano)
1	Elaboração do Edital	MAIO	MAIO
2	Abertura Edital	JUNHO	JUNHO
3	Contratação	SETEMBRO	SETEMBRO
4	Entrega	NOVEMBRO	MAIO
5	Pagamento	NOVEMBRO	MAIO
.			
RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E UTILIZAÇÃO			
- Coordenação do Laboratório de Estudo e Pesquisa da Violência e da Criminalidade - LEPESC			
Considerações Gerais:			
*A realização da etapa 5 (pagamento) está condicionada a entrega dos produtos da pesquisa.			

### 4. QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

METAS		INVESTIMENTO		EXECUÇÃO	
1		93.000,00		JUN/2106 – MAR/2017	
2		31.000,00		JUN/2106 – MAR/2017	
3		4.800,00		JUN/2106 – MAR/2017	
NATUREZA DA DESPESA			VALOR (R\$)		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
33.90.39	Prestação de Serviço de Pessoa Jurídica		126.218,00	2.582,00	128.800,00
TOTAL					128.800,00

## **5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

### **CONCEDENTE – 2016**

<b>MAI</b>	<b>JUN</b>
126.218,00	-

### **PROPONENTE – 2016**

<b>MAI</b>	<b>JUN</b>
2.582,00	-

## 7. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente declaro, para fins de prova junto ao **Ministério da Justiça – MJ**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Rio Branco – AC,      de      de 2016.

  
**Emylson Farias da Silva**  
*Secretário de Segurança Pública*

## 8. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Concedente





GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**TERMO DE REFERÊNCIA DAS DESPESAS**

**Nº DA PROPOSTA: 009985/2016**

**1. JUSTIFICATIVA**

A ocorrência de crimes violentos na sociedade tem se colocado entre as mais importantes preocupações do cidadão brasileiro e pauta de agendas e planos de governo. Isto se deve ao fato de falarmos de um fenômeno que tem afetado a todos indistintamente.

Conter a violência e promover Segurança, além da associação de ações de natureza operacional, preventiva e repressivas, requer investimentos em pesquisas que subsidiem a elaboração de diagnósticos qualificados dos problemas que afetam a Segurança Pública para que consiga se antecipar ou evitar o agravamento.

O planejamento e a definição de estratégias necessária a toda Política Pública exige a princípio a identificação das causas dos problemas. Para a Política Pública de Segurança, dada a sua complexidade, urge ao Estado adotar meios e ferramentas que permitam identificar os motivos dos problemas da violência, em especial, o homicídio no Estado. A implantação e consolidação de ações destinadas a redução da violência e da criminalidade se apresenta como um dos principais desafios da Secretaria de Segurança Pública.

Dada sua dimensão e implicações sociais, a violência com destaque para o homicídio se apresenta como um importante objeto de estudo, discussão, reflexão e investigação de pesquisadores e da sociedade em geral.

Contudo observa-se uma carência de estudos especializados e qualificados acerca deste problema com apontamentos e propostas de ações destinadas a trabalhar, minimizar e eliminar as causas que contribuem para o Homicídio e sua incidência. Por mais que a Secretaria possuía o dado estatístico, o número quantitativo por si só, não é suficiente para retratar ou expressar uma realidade. Sujeitos precisam ser ouvidos, ambientes precisam ser conhecidos para que consigamos ter uma leitura mais próxima do real ou mais adequada dos fenômenos.

Planejar programas e projetos de prevenção e repressão à violência e a criminalidade, desenvolvê-los e executá-los requer acima de tudo, conhecimento prévio, especializado e se possível, científico para se conseguir promover Segurança. Nesse sentido, faz se necessário a realização de diagnósticos e pesquisas, sobretudo, destinados ao entendimento dos fatores associados a motivação do homicídio na Capital.

Como o Estado do Acre está localizado na tríplice fronteira Brasil, Bolívia e Peru, destaca-se que os crimes mais recorrentes nas fronteiras afetam visivelmente a capital, lugar em que há um desdobramento maior do crime e em que as





GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

implicações deságuam com mais intensidade. Entender se o crime e a violência possui alguma especificidade relacionada as questões fronteiriças, se a região de fronteira exerce alguma influência na natureza dos crimes cometidos no Estado do Acre é uma estratégia de suma importância para desenho de ações de prevenção e redução do homicídio.

Atualmente, dos indicadores de violência priorizados pela Secretaria Estadual de Segurança, mostra-se preocupante na Capital o cometimento de homicídios. Ao observarmos o banco de dados estatísticos da Secretaria Estadual de Segurança identifica-se que a partir de 2013 há uma concentração dos homicídios dolosos na cidade de Rio Branco que a cada ano tem ultrapassado a metade de todos os casos ocorridos no Estado. Esta concentração correspondeu as seguintes porcentagens: 56 % dos 206 homicídios ocorridos em 2013; 61 % dos 195 homicídios ocorridos em 2014; e, 59% dos 192 homicídios ocorridos em 2015.

Uma publicação recente da SENASP aponta que a Região Norte é a segunda região com a mais alta taxa de homicídio do Brasil. Do conjunto de Estado que compõe esta região, o Acre apresenta uma das maiores taxa (30,02), juntamente com a Capital, Rio Branco (31,4). Trata-se de uma situação que reforça a necessidade de destinarmos um olhar mais atencioso para esta cidade e que exigirá uma canalização de esforços dos órgãos que compõem o Sistema Integrado de Segurança Pública – SISIP.

Com o propósito de fazer circular o diagnóstico produzido, dar a mais ampla divulgação ao conhecimento proveniente deste diagnóstico bem como agilizar a empregabilidade prática do mesmo por parte dos Gestores dos órgãos de Segurança Pública, identifica-se a necessidade de publicar o diagnóstico proposto, por meio de confecção gráfica de exemplares e entrega dos mesmos as instituições públicas. Dada a dimensão do problema diagnosticado, o homicídio, há a pretensão de destinar exemplares não só para profissionais da Política de Segurança, mas também para profissionais que atuam na gestão de outras Políticas Sociais como Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Juventude e outras, bem como para instituições do Poder Judiciário, Ministério Público e Ministério da Justiça.

A produção do conhecimento científico por meio da realização de pesquisa irá contribuir na compreensão da dinâmica da violência e da criminalidade existente em Rio Branco, subsidiará a tomada de decisões dos gestores e a elaboração de ações e estratégias de redução do homicídio de forma mais assertiva e efetiva.

## 2.OBJETIVO DAS METAS

Contratação de serviços para realização de diagnósticos qualificados para o Laboratório de Estudo e Pesquisa da Violência e da Criminalidade - LEPESC visando subsidiar ações, projetos e programas desenvolvidos no âmbito da política de Segurança Pública do Estado do Acre.

### OBJETIVOS ESPECIFICOS:





GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Traçar o perfil das vítimas e autores dos crimes de homicídio;
- Identificar a motivação e os fatores relacionados a incidência do homicídio na capital;
- Mapear as regionais e bairros com maior incidência;
- Subsidiar a gestão da Política de Segurança, envolvendo os órgãos do SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública - para obtenção de maior eficiência e eficácia na prevenção e redução do homicídio na Capital;
- Fomentar ações de prevenção e redução do Homicídio junto a população e instituições governamentais e não governamentais, mediante a publicação e divulgação do diagnóstico;
- Avaliar a sensação de segurança da população Rio Branquense;
- Subsidiar os gestores na adoção de medidas pró ativas de prevenção ao crime.
- Empregar um instrumento alternativo aos registros oficiais de ocorrências como forma de minimizar o problema de subnotificação.

### 3. PÚBLICO ALVO

As 06(seis) instituições do SISP e seus respectivos gestores titulares responsáveis por cada instituição:

- Secretario da Secretaria Estadual de Segurança Pública - SESP;
- Secretario da Secretaria Estadual de Polícia Civil - SEPC;
- Comandante Geral da Polícia Militar do Acre - PMAC;
- Comandante Geral do Bombeiro Militar do Acre – BMAC;
- Diretor do Departamento de Trânsito – DETRAN;
- Diretor do Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN.

### 4. PESQUISA MERCADOLÓGICA

OR	DESCRIÇÃO	QUT	EMPRESA 1 DATA CONTROL CNPJ:02.170.847/0001-40	EMPRESA 2 FUNDAP CNPJ 02.646.829/0001-91 CEP 69920-193	TNV – NEVES CNPJ 08.673.393/0001-06	V. MÉDIO	V.TOTAL
1	META 1 ETAPA 1 Contratação de serviços para realizar Diagnóstico do perfil das vítimas e autores de crime de homicídio	1	80.000,00	100.000,00	100.000,00	93.000,00	93.000,00



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

	ocorridos em 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação modus operandi.						
2	<b>META 2</b> <b>ETAPA 1</b> Contratação de serviços para realizar a aplicação e tabulação de 2.000 questionários utilizados como instrumento de pesquisa para coleta de dados em domicílio que serão utilizados para a elaboração do diagnóstico de vítimas e avaliação do trabalho das instituições de segurança pública.	1	30.000,00	30.000,00	35.000,00	31.000,00	31.000,00
	<b>META 3</b>	QTD	J.ERIVALDO S DE SOUZA CNPJ 01.006.614/001-03 CEP. 69.908-650	AUGUSTOS EMPREENDIMENTOS CNPJ 10.683.606/0001-22 CEP. 69.903-233	INFOR GRAF CNPJ: 10.786.316/0001-04 CEP.69.900-650	V.UNIT	V.TOTAL
3	<b>ETAPA 1</b> Contratação de serviços para realizar diagramação de uma publicação do Diagnóstico do perfil das vítimas e autores de crime de homicídio ocorridos em 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação modus operandi.	129(PG)	VALOR PÁGINA 38,75 VALOR TOTAL 4.998,75	VALOR PÁGINA 35,00 VALOR TOTAL 4.515,00	VALOR PÁGINA 40,00 VALOR TOTAL 5.160,00	37,21	4.800,00
	<b>OBS</b>	As reproduções dos exemplares serão realizada pela Secretaria de Segurança Pública.					0,00





GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

TOTAL

5- METODOLOGIA DE TRABALHO

A adoção da modalidade e tipo de licitação para aquisição dos serviços constantes nas metas será definido e coordenado pela Comissão Permanente de Licitação do Estado do Acre, setor responsável por todos os processos licitatórios do Estado do Acre.

6. C RONOGRAMA DE EXECUÇÃO

META 1

META/ETAPA	PROCEDIMENTO	INÍCIO(MÊS/ANO)	TÉRMINO(MÊS/ANO)
ETAPA 1	ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA LICITAÇÃO	DEZ/2016	DEZ/2016
ETAPA 2	ENCAMINHAR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL) DOCUMENTOS PARA ABERTURA DO EDITAL.	JAN/2017	JAN/2017
ETAPA 3	HOMOLOGAÇÃO E CONTRAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTÂME	JAN/2017	JAN/2017
ETAPA 4	INICIO DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	JAN/2017	JUL /2017
ETAPA 5	ENTREGA DOS PRODUTOS	JUL /2017	JUL /2017
ETAPA 6	PAGAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.	JUL /2017	JUL /2017

META 2

META/ETAPA	PROCEDIMENTO	INÍCIO(MÊS/ANO)	TÉRMINO(MÊS/ANO)
ETAPA 1	ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA LICITAÇÃO		
ETAPA 2	ENCAMINHAR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL) DOCUMENTOS PARA ABERTURA DO EDITAL.	DEZ/2016	DEZ/2016
ETAPA 3	HOMOLOGAÇÃO E CONTRAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTÂME	JAN/2017	JAN/2017
ETAPA 4	INICIO DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	FEV/2017	OUT/2017
ETAPA 5	ENTREGA DOS PRODUTOS	MAR2016	OUT /2017



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ETAPA 6	PAGAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.	OUT /2017	OUT /2017
META 3			
META/ETAPA	PROCEDIMENTO	INÍCIO(MÊS/ANO)	TÉRMINO(MÊS/ANO)
ETAPA 1	ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	FEV/2017	FEV/2017
ETAPA 2	ENCAMINHAR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL) DOCUMENTOS PARA ABERTURA DO EDITAL.	MAR/017	MAR/2017
ETAPA 3	HOMOLOGAÇÃO E CONTRAÇÃO DA EMPRESA	ABR/2017	ABR /2017
ETAPA 4	INICIO DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO	JUN/2017	OUT/2017
ETAPA 5	ENTREGA DO PRODUTO	OUT/2017	OUT/2017
ETAPA 6	PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO.	OUT/2017	OUT/2017

**7. ENDEREÇO ESPECÍFICO DE ENTREGA /RESPONSÁVEL PELO PROJETO.**

Secretaria de Estado de Segurança Pública, localizada no Palácio das Secretarias – Av. Getúlio Vargas 232, Centro, Rio Branco-AC.

RENNAN BITHS DE LIMA LIMA

Diretor de Planejamento e Gestão Estratégico

ROSIMEYRE FONSECA DA SILVA  
Coord. do LEPESC

Rio Branco-AC, 25 de outubro de 2016.





Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino,  
Pesquisa e Extensão Universitária no Acre.

### PROPOSTA DE PREÇOS

PARA: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Proposta que faz da empresa FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ACRE – FUNDAPE, inscrita no CNPJ nº 02.646.829/0001-91, estabelecida no endereço Campus Universitário, BR 364 KM 04, telefone (68) 3229 – 3390, e-mail: [fundape.ac@gmail.com](mailto:fundape.ac@gmail.com), para Contratação de empresa especializada para gerenciamento de projeto da DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA.

Item	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	Realizar diagnóstico do perfil das vítimas e autores dos crimes de homicídios, ocorridos entre 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como dos fatores que determinam a motivação e o modus operandi.	1	100.000,00
2	Realizar o trabalho de aplicação e tabulação de 2.000 questionários que serão utilizados como instrumentos de pesquisa para coleta de dados em domicílio que serão utilizados para elaboração do diagnóstico de vitimização e avaliação do trabalho das instituições de segurança pública.	1	30.000,00

Valor da Proposta: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) Dias.

Rio Branco – Acre, 18 de outubro de 2016.

02.646.829/0001-91  
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao  
Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre  
Campus Universitário  
BR 364, Km 04  
CEP: 69.920-193

Rio Branco

Acre

## COTAÇÃO DE PREÇO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Realizar diagnóstico do perfil das vítimas e autores dos crimes de homicídios, ocorridos entre 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como dos fatores que determinam a motivação e o modus operandi.	100.000,00	100.000,00
02	Realizar o trabalho de aplicação e tabulação de 2.000 questionários que serão utilizados como instrumento de pesquisa para coleta de dados em domicílio que serão utilizados para elaboração do diagnóstico de vitimização e avaliação do trabalho das instituições de segurança pública	35.000,00	35.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>135.000,00</b>

Rio Branco-AC, 18 de outubro de 2016.

CARIMBO CNPJ/ASSINATURA E TELEFONE DE CONTATO:



CNPJ: 08.673.393/0001-06  
NEVES E MARIANO LTDA - ME  
Av Oeste nº 294  
Conj. Tucumã  
CEP: 69 919-673  
Rio Branco

Ac

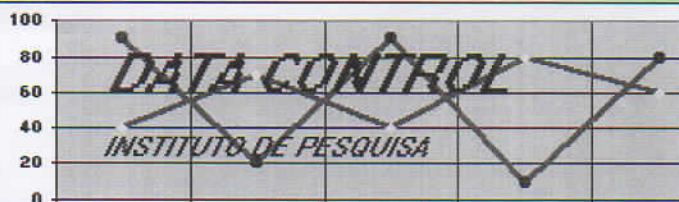
9.9994-8904

REGINALDO  
SILVA

CNPJ: 08.673.393/0001-06  
NEVES E MARIANO LTDA - ME  
Av Oeste nº 294  
Conj. Tucumã  
CEP: 69 919-673  
Rio Branco

Ac

Avenida Oeste, 294, Conjunto Tucumã – CEP-69.919-673 – Rio Branco – Acre  
CNPJ-08.673.393/0001-91. Tel.: 68-3301-8539 – E-mail: [tnvconsultoria@gmail.com](mailto:tnvconsultoria@gmail.com)



TRAV. ANTIMARÍ, 273  
FONEFAX 3223 1948 – 9971 0699  
E-mail josedenis59@gmail.com  
CEP 69909-260 Rio Branco – Are

## DATA CONTROL - ANO 19 CREDIBILIDADE-CONFIABILIDADE E PRECISÃO

### ORÇAMENTO

DENIS SANTOS  
CIENTISTA POLÍTICO  
MBA PESQUISA DE MERCADO



## **PESQUISA DE DIAGNÓSTICO**

### **OBJETIVO**

Coletar, processar e apresentar relatório de informações sobre o diagnóstico do perfil das vítimas e autores dos crimes de homicídios, ocorridos entre 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como dos fatores que determinam a motivação e o *modus operandi*.

### **LOCAL DE REALIZAÇÃO**

Rio Branco - AC.

### **PERÍODO DE REALIZAÇÃO**

À combinar

### **METODOLOGIA**

Através da aplicação de questionário elaborado especificamente para atender os objetivos da pesquisa aplicado com os autores dos homicídios e com familiares ou outras pessoas relacionadas com as vítimas.

Para aplicação dos questionários serão utilizados pesquisadores e checadores devidamente treinados para abordagem.

Serão checados simultaneamente à aplicação 30% (trinta por cento) dos questionários e 5% (cinco por cento) após a coleta de dados.



Será utilizado o método PPT – Probabilidade Proporcional ao Tamanho, tendo como base o total de casos ocorridos no período segundo dados disponíveis por órgãos oficiais pertinentes.

Além do quadro técnico da empresa composto de Cientistas sociais, Advogados e Estatístico, trabalhamos com um programa específico para área de pesquisa de origem francesa mais traduzido para o português chamado SPHINX.

### **PLANO AMOSTRAL**

<b>Município</b>	<b>Amostra</b>	<b>Valor</b>
<b>Relatório de diagnósticos com base nos dados coletados</b>	<b>1</b>	<b>R\$ 80.000,00</b>
<b>Aplicação, tabulação de 2000 questionários, elaboração de gráficos e tabelas</b>	<b>1</b>	<b>30.000,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>110.000,00</b>

### **CUSTO TOTAL**

O custo do projeto será de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).


### **FORMA DE PAGAMENTO**

De acordo com o cronograma de execução do trabalho.

### **RELATÓRIO CONCLUSIVO**

Será entregue uma via impressa, uma via em mídia eletrônica (CD), pen drive inclusive da base de dados.

Poderá ser feita apresentação quadro a quadro ao cliente através de projeção multimídia a critério do cliente.



**O DATA CONTROL *Instituto de Pesquisa Ltda.*** Fica à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários aos nossos clientes a qualquer momento.

Rio Branco, 19 de outubro de 2016.



**José Dênis Moura dos Santos**  
**Cientista Político**  
**MBA - Pesquisa de Mercado - FGV**

**DADOS ADICIONAIS DA EMPRESA**

CNPJ 02.170.847/0001-40

Inscrição Municipal 112.9589

Banco do Brasil

Agência 2359-0

Conta corrente 23718-3

**ORÇAMENTO Nº 9010**

20/10/2016

**SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA SECRETARIA DE SEGURANÇA -**

Contato : RENNAN BITHS

Fone : -

Email :

Endereço: AV GETULIO VARGAS

232

Cidade : RIO BRANCO

Estado AC

Cep : 69900660

Cnpj: 63608947000108

PRODUTOS	Quantidade	Alt x Larg	M2	Nº O.S.	VI. Unitario	Total
DIAGRAMAÇÃO DE REVESTA SERVIÇO DE DIAGRAMAÇÃO DE REVISTA, CONTENDO 80 PAGINAS COM CAPA.	80	29,70 X 21,00	0,06		R\$ 40,00	R\$ 3.200,00
REVISTA IMPRESSA EM PAPEL COCHÊ E CAPA EM DUPLEX	80	29,70 X 21,00	0,06		R\$ 46,75	R\$ 3.740,00

**Total : R\$ 6.940,00**

Condição de pgto: A VISTA

Validade : 20/12/2016

Prazo Entrega :

Vendedor 2

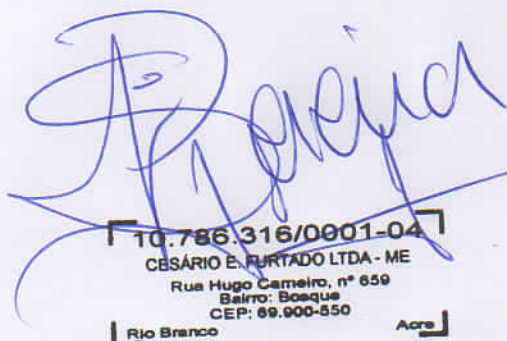
JOMAR

Observação :

Autorizo a execução do(s) serviço(s) nas condições acima discriminadas

Assinatura : \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

  
10.786.316/0001-04  
CESÁRIO E. FURTADO LTDA - ME  
Rua Hugo Carneiro, nº 659  
Bairro: Bosque  
CEP: 69.900-550  
Rio Branco Acre



## AUGUSTOS EMPREENDIMENTOS &amp; COMÉRCIO LTDA - ME

**Rio Branco-Acre, 20 de outubro de 2016.**

10.683.606/0001-22  
Augustos Empreendimentos  
Gina Valente  
Sócia Administrativa

**J. Erivaldo Silva de Souza - ME**

CNPJ: 63.598.676/0001-49 - Insc. Est. 01.006.614/001-03

Av. Getúlio Vargas, 3881 - Bairro Raimundo Melo - Cep: 69.921-012 - Rio Branco-AC

Tels.: (68) 3228-3598 / 3228-0098 / 9985-5143 - E-mails: zalvisual@gmail.com / sokamizetas@gmail.com

**Cliente: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA**

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor U	Valor T.
01	SERVIÇO DE DIAGRAMAÇÃO DE REVISTA	PG	80,00	38,75	3.100,00
02	REVISTAS IMPRESSA COM 80 PAGINAS	PG	80,00	66,50	3.520,00
				<b>Total R\$:</b>	<b>6.620,00</b>

**Rio Branco-Acre, 20 outubro de 2016.**

**CNPJ: 63.598.676/0001 - 49**  
**INSC. EST.: 01.006.614/001-03**

**J. ERIVALDO SILVA DE SOUZA**

Av. Getúlio Vargas, 3881  
Conj. Rdo. Melo - Vila Ivonete  
CEP: 69.908-650

**RIO BRANCO - ACRE**



3291124

08020.002476/2016-24

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA****Nota Técnica nº 220/2016/COGEP SENASP/DEPRO/SENASP****1 - IDENTIFICAÇÃO****1.1 Número SICONV:** 009985/2016.**1.2 Proponente:** SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ACRE**1.3 Programa:** 2081 - JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA**1.4 Esfera Orçamentária:** MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA**1.5 Ação:** 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública / 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública.**1.6 Objeto do Convênio:** “Elaboração de diagnósticos qualificados para o Laboratório de Estudo e Pesquisa da Violência e da Criminalidade - LEPESC visando subsidiar ações, projetos e programas desenvolvidos no âmbito da política de Segurança Pública do Estado do Acre.”.**2 - PROPOSTA****2.1. Proposta oriunda da seguinte Emenda Parlamentar:** nº 30360009/2016 (3291129).**2.2. Autor da emenda parlamentar:** Dep. Fed. Alan Rick - PRB.**2.3 Objeto a ser executado:** O objeto foi descrito de forma concisa e clara, estando de acordo com o Descritor da Ação Orçamentária 8855 (3291128).**2.4 Justificativa Apresentada:**

**2.4.1 DIAGNÓSTICO:** *o Estado do Acre possui 22 municípios todos dentro da Faixa de Fronteira. Logo, entender se a dinâmica do crime e da violência possui especificidades nesse espaço em comparação com o restante do Estado é estratégia de especial importância para desenho de ações de prevenção e repressão à criminalidade que sejam capazes de trazer resultados ao longo do tempo. Soluções para conter o avanço da violência e da criminalidade requerem superação do modelo tradicional de fazer política pública de segurança. Implicam na associação de ações de natureza operacional com uma massificação de investimentos em pesquisas e desenvolvimento, mesclando a ciência com a atuação policial. A consolidação da redução da violência e da criminalidade se coloca, portanto, como um dos principais desafios da Secretaria de Segurança Pública. Nesse sentido, e diante da relevância das questões impostas, se faz necessário à implantação de um Laboratório de Altos Estudos e Pesquisas da Violência e da Criminalidade – LAPESC que, em parceria com as Instituições de Ensino Superior e demais Órgãos e Instituições afins, desenvolverá estudos e pesquisas que poderão contribuir na compreensão da dinâmica da violência e da criminalidade e, dessa forma, possibilitar a elaboração de políticas públicas mais efetivas.*

**2.4.2 IMPORTÂNCIA DO PROJETO/PROPOSTA:** *o envolvimento da comunidade acadêmica na área de segurança pública é essencial para contribuir com o diagnóstico dos problemas e suas causas, entender a dinâmica do crime, avaliar e acompanhar as ações, projetos e programas, bem como para propor alternativas que objetivem a redução da violência no Estado do Acre. Nesse ponto, a execução de pesquisas científicas na área de segurança pública e justiça revelam-se necessárias para o fortalecimento e consolidação das políticas estaduais, avaliando e releitura das ações já implantadas nestes setores, bem como a produção de conhecimento como subsídio para o desenvolvimento de estratégias de prevenção, proteção e defesa social no Estado do Acre.*

**2.4.3 COMPATIBILIDADE DO PROJETO/PROPOSTA COM O PROGRAMA FEDERAL:** *o Governo do Estado do Acre adotou o sistema de segurança pública integrada, alinhando-se desta forma, às políticas e estratégias do Governo Federal na prevenção e combate aos crimes contra a sociedade brasileira. Importante se faz ressaltar que o Plano Estadual de Segurança Pública está em consonância com o Plano Estratégico do Governo Federal, onde estão em processo de implementação, ações de curto prazo, levantamento de informações e operação regulares, engajamento e integração federativa e definições de projetos estratégicos que darão a sustentabilidade das ações permanentes da política pública. Programas que serviram para garantir um melhor desenvolvimento social e garantia da soberania nacional. O Governo do estado do Acre desde 2011 aderiu ao Plano Estratégico Nacional de Combate aos Crimes de Fronteira por meio do ENAFRON. Em relação à prevenção a criminalidade, na capital destacou as ações decorrente das estratégias desenvolvidas pela Polícia Comunitária, fóruns comunitários, PROERD, Guarda Mirim, Bombeiro Mirim, programa Crack é possível vencer e os*

conselhos municipais de combate as drogas. Desta forma, o conhecimento produzido nas diversas áreas da segurança pública no Acre é fator determinante para a prestação de serviço com excelência para a comunidade. O investimento desta natureza, pleiteado pela presente proposta, certamente promoverá melhoria na oferta dos serviços de segurança e na gestão da Política de Segurança Pública.

**2.4.4 PÚBLICO-ALVO:** as 06(seis) instituições do SISP e seus respectivos gestores político responsáveis por cada instituição: - Secretaria Estadual de Segurança Pública - SESP; - Secretaria Estadual de Polícia Civil - SEPC; - Polícia Militar do Acre - PMAC; - Bombeiro Militar do Acre - BMAC; - Departamento de Trânsito - DETRAN; - Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN.

**2.4.5 OBJETIVOS GERAIS:** a) Realizar diagnóstico para identificar o perfil das vítimas e autores de crime de homicídio ocorridos no período de 2013 a 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação e modus operandi; b) Realizar diagnóstico de vitimização e avaliação da atuação das instituições de segurança pública em Rio Branco.

**2.4.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** • Traçar o perfil das vítimas e autores dos crimes de homicídio; • Identificar as causas e fatores relacionados a incidência do homicídio na capital; • Mapear as regionais e bairros com maior incidência; • Subsidiar a gestão da Política de Segurança, envolvendo os órgãos do SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública - para obtenção de maior eficiência e eficácia na prevenção e redução do homicídio na Capital; • Fomentar ações de prevenção e redução do Homicídio junto a população e instituições governamentais e não governamentais.

**2.4.7 RESULTADO ESPERADO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO INDICADOR DE DESEMPENHO PARA AUFERIR O CUMPRIMENTO DO OBJETO:** aumento da efetividade das ações de prevenção e repressão do homicídio; avaliação da sensação de segurança da população; obter informações que subsidiem a adoção de medidas próativas de prevenção ao crime; difusão do conhecimento para as instituições do sistema de justiça criminal.

## **2.5 Estimativa de Recursos Financeiros**

**2.5.1 Valor da emenda parlamentar: R\$ 126.218,00 (cento e vinte e seis mil duzentos e dezoito reais)**

**2.5.2 Montante do total da emenda, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado: R\$ 128.800,00 (cento e vinte e oito mil e oitocentos reais)**

**2.5.3 Valor de repasse capital (concedente): Não há previsão**

**2.5.4 valor de repasse custeio (concedente): R\$ 126.218,00 (cento e vinte e seis mil duzentos e dezoito reais)**

**2.5.5 Contrapartida prevista para o proponente em capital: Não há previsão**

**2.5.6 Contrapartida prevista para o proponente em custeio: R \$ 2.582,00 (dois mil quinhentos e oitenta e dois reais)**

**2.5.7 Recursos para exercícios futuros: Não há previsão**

## **2.6.Previsão de prazo para a execução**

**2.6.1 Data da proposta: 10/03/2016**

**2.6.2 Data de início previsto para a vigência: 30/11/2016**

**2.6.3 Data de término previsto para a vigência: 30/11/2017**

O prazo apresentado está de acordo com a tramitação razoável do procedimento para formalização e compatível com o tempo necessário ao processo de execução.

**OBSERVAÇÃO:** As datas referentes aos prazos de início e término da vigência serão ajustadas, se necessário, no momento da celebração do convênio.

## **2.7 Capacidade técnica e gerencial do proponente**

**2.7.1** Foram apresentadas informações que atestam a capacidade técnica e gerencial do proponente e a Declaração foi anexada na aba Dados do SICONV, na aba DADOS DA PROPOSTA. (3291130)

## **2.8 Declaração de Contrapartida:**

**2.8.1** A Declaração de Contrapartida do proponente foi inserida na aba DADOS DA PROPOSTA, no SICONV, assinada pelo Secretário de Segurança Pública, Emylson Farias da Silva. (3291131).

## **3 - PLANO DE TRABALHO**

A descrição do Plano de Trabalho está compatível com a definição do inc. XVIII do § 2º do Art. 1º da Portaria Interministerial CGU/ MPF/ MP nº 507/2011, contemplando as seguintes METAS:



Número da Meta	Especificação	Valor (R\$)	Data de Início	Data de Término
1	REALIZAR DIAGNÓSTICO QUALITATIVO E SITUACIONAL DO HOMICÍDIO EM RIO BRANCO	R\$ 93.000,00	30/11/2016	30/10/2017
2	REALIZAR PESQUISA POR MEIO DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS	R\$ 31.000,00	30/11/2016	30/10/2017
3	DIAGRAMAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO HOMICÍDIO EM RIO BRANCO	R\$ 4.800,00	01/06/2017	30/10/2017

### 3.2 Definição das etapas ou fases da execução

Cada meta possui uma etapa conforme segue:

Meta 1 - REALIZAR DIAGNÓSTICO QUALITATIVO E SITUACIONAL DO HOMICÍDIO EM RIO BRANCO - Etapa 1:

Número da Etapa	Especificação	Valor (R\$)	Data de Início	Data de Término
1	Contratação de serviços para realizar Diagnóstico do perfil das vítimas e autores de crime de homicídio ocorridos em 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação e modus operandi.	R\$ 93.000,00	30/01/2017	30/07/2017

Meta 2 - REALIZAR PESQUISA POR MEIO DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS - Etapa 2:

Número da Etapa	Especificação	Valor (R\$)	Data de Início	Data de Término
1	Contratação de serviços para realizar a aplicação e tabulação de 2.000 questionários utilizados como instrumento de pesquisa para coleta de dados em domicílio que serão utilizados para elaboração do diagnóstico de vitimização e avaliação do trabalho das instituições de segurança pública.	R\$ 31.000,00	28/02/2017	30/10/2017

Meta 3 - DIAGRAMAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO HOMICÍDIO EM RIO BRANCO - Etapa 3

Número da Etapa	Especificação	Valor (R\$)	Data de Início	Data de Término
1	Contratação de serviços para realizar diagramação (por página) de uma publicação do Diagnóstico do perfil das vítimas e autores de crime de homicídio ocorridos em 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação modus operandi.	R\$ 4.800,00	10/06/2017	30/10/2017

### 3.3 Cronograma de execução do objeto e Cronograma de Desembolso

O cronograma de desembolso consiste em uma parcela para o concedente, e uma parcela para o conveniente, de acordo com o planejamento do cronograma físico, considerando que o valor **registrado** é o mínimo para a celebração de convênio e que as aquisições ocorrerão concomitantes.

Número da Parcela	Tipo I	Mês	Ano	Valor (R\$)
1	CONCEDENTE	NOVEMBRO	2016	R\$ 126.218,00
2	CONVENIENTE	NOVEMBRO	2016	R\$ 2.582,00

### 3.4 Plano de Aplicação Detalhado

Tipo Despesa	Descrição	Cód. Natureza Despesa	Natureza Aquisição	Un.	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
SERVICO	Contratar serviços para realizar diagnóstico do perfil das vítimas e autores dos crimes de homicídios, ocorridos entre 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como dos fatores que determinam a motivação e o modus operandi.	33903999	Recursos do convênio	un	1.0	R\$ 93.000,00	R\$ 93.000,00
	contratar serviços para Realizar o trabalho de aplicação e tabulação de 2.000 questionários que serão utilizados						

SERVICO	como instrumento de pesquisa para coleta de dados em domicílio que serão utilizados para elaboração do diagnóstico de vitimização e avaliação do trabalho das instituições de segurança pública	33903999	Recursos do convênio	un	1.0	R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00
SERVICO	Contratar serviços para realizar diagramação de uma publicação do Diagnóstico de crime de homicídio ocorridos em de Rio Branco.	33903999	Recursos do convênio	un	129.0	R\$ 37,21	R\$ 4.800,00

### 3.5 Plano de Aplicação Consolidado

O Plano de Aplicação está compatível com a proposição, caracterizada nas despesas classificadas conforme tabela abaixo:

Classificação de Despesas	Recursos Convênio	Contrapartida Bens e Serviços	Rend. Aplicação	Total
339039	R\$ 128.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 128.800,00
Total	R\$ 128.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 128.800,00

## 4 - TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO

4.1 Foi constatada a compatibilidade da proposta com os preços praticados no mercado, notadamente em função da pesquisa mercadológica em três empresas distintas apresentadas pelo estado.

4.2 Na aba anexos, foram inseridos os orçamentos das cotações dos itens que serão adquiridos pelo proponente (3291134; 3291135).

4.3 As especificações do Termo de Referência (3291133) estão de acordo com a proposta de convênio, devendo, por ocasião do certame, serem incluídas as cláusulas obrigacionais e demais requisitos exigidos pela legislação.

4.4 O Projeto Básico ( 3291132 ) foi apresentado, estruturado com as informações da proposta.

4.5 Cabe ressaltar que a classificação da natureza de despesa dos bens pactuados foi informada pelo conveniente e são de inteira responsabilidade do mesmo, uma vez que a classificação deve ser observada no setor de contabilidade do estado.

4.6 A presente análise não vincula esta área técnica a qualquer procedimento licitatório realizado pelo estado, vez que a caracterização dos bens é geral e os preços são estimados, devendo os órgãos responsáveis verificar todo o rol de obrigatoriedades que se revestem as aquisições com recursos públicos, sempre obedecendo aos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

## 5 - AMPARO LEGAL

A proposta do estado do Acre além de ter amparo legal na Constituição Federal de 1988, de 05 de outubro de 1988; Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública); Lei 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (LDO 2016); guarda legalidade com os seguintes dispositivos:

### 5.1 Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores:

(...) Art. 2º É vedada a celebração de convênios e contratos de repasse:

I - com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

(...)

Art. 13. A celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas de convênios, contratos de repasse e termos de parceria serão registrados no SICONV, que será aberto ao público, via rede mundial de computadores - Internet, por meio de página específica denominada Portal dos Convênios.

(...)

Art. 14. Os órgãos concedentes são responsáveis pela seleção e padronização dos objetos mais freqüentes nos convênios.

(...) (Grifo nosso)

### 5.2 Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507, de 24 de novembro de 2011:

**Art. 25.** O Plano de Trabalho, que será avaliado após a efetivação do cadastro do proponente, conterá, no mínimo:

I - justificativa para a celebração do instrumento;

II - descrição completa do objeto a ser executado;

III - descrição das metas a serem atingidas;

IV - definição das etapas ou fases da execução;

(...)

**Art. 26.** O Plano de Trabalho será analisado quanto à sua viabilidade e adequação aos objetivos do programa e, no caso das entidades privadas sem fins lucrativos, será avaliada sua qualificação técnica e capacidade operacional para gestão do instrumento, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ou entidade repassador de recursos.

§ 1º Será comunicada ao proponente qualquer irregularidade ou imprecisão constatadas no Plano de Trabalho, que deverá ser sanada no prazo estabelecido pelo concedente.

§ 2º A ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado implicará a desistência no prosseguimento do processo.

(...)

### 5.3 Acórdão 1142/2009 do Tribunal de Contas da União (TCU):

(...)

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp/MJ que avalie a possibilidade de condicionar o recebimento de recursos federais do FNSP pelos estados e municípios, mediante convênios ou doação de bens à:

9.1.1. efetiva apresentação das informações sobre o impacto das políticas e programas de prevenção do crime e da violência desenvolvidos com os recursos federais captados para esses objetivos;

**9.1.2. comprovação do cumprimento de determinado período de vida útil pré-estabelecido e da regular utilização dos bens anteriormente fornecidos, estabelecendo os critérios para tal aferição, bem como à contratação de empresa especializada para realizar manutenção preventiva e corretiva quando aplicável, em especial no caso de viaturas, de modo a garantir a adequada e eficiente operação dos veículos e equipamentos;**

(...) (Grifei)

### 5.4 Guia de orientação sobre a Instrução Normativa nº 5/2014 – SLTI/MPOG (Pág 31):

(...) c) Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, estes deverão receber solicitação formal para **apresentação de cotação**.

A falta da formalização dá margem para que os dados acrescidos no processo quanto à pesquisa de preços não possam ser posteriormente consultados, ensejando em uma instrução processual deficiente. Diante disso, há a necessidade de que o processo para aquisição contenha o modo como foi realizada a pesquisa, os dados do fornecedor pesquisado, existência jurídica. **A exigência de formalização permite uma maior transparência nas realizações das pesquisas junto a fornecedores, facilitando o exercício do controle interno e externo da Administração.** (...) (Grifei)

## 6 - EXECUÇÃO

6.1 Em atendimento ao inc. XV, do art. 43, da Portaria Interministerial – CGU / MF / MP nº 507/2011 e alterações posteriores, o acompanhamento da execução física do convênio será realizada pelo Concedente com a solicitação de informações periódicas sobre a execução e a visita *in loco* para aferição de resultados.

## 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

7.1 A presente análise **não vincula** esta área técnica a qualquer procedimento licitatório realizado pelo estado, vez que a caracterização dos bens é geral e os preços são estimados, devendo os órgãos responsáveis verificar todo o rol de obrigatoriedades que se revestem as aquisições com recursos públicos, sempre obedecendo aos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

7.2 Cabe destacar, que esta análise preliminar não isenta o proponente da observância aos quesitos legais e regulamentares vigentes, notadamente quanto à Lei 8.666/93, ao Decreto 6.170/2007, à Portaria Interministerial – CGU / MF / MP nº 507/2011 e à jurisprudência do Tribunal de

Contas da União, bem como as demais legislações e regulamentos citados na presente Nota Técnica.

*Observação: A verificação da regularidade fiscal deverá ser realizada pelo setor financeiro desta Senasp no ato de sua celebração.*

7.3 Face o exposto, diante da análise efetuada em relação à proposição cadastrada sob nº 0009985/2016 SICONV, verificamos que a proposta está **APTA**.

À consideração superior.

**ÂNGELA CHRISTINA OLIVEIRA PAIXÃO**

Assistente Técnico - COGEP SENASP/DEPRO/SENASP

De acordo. Encaminhe-se ao Diretor do DEPRO/SENASP, para conhecimento e providências a seu cargo.

**EDIVALDO FORTUNATO PEREIRA**

Coordenador de Monitoramento Estratégico de Segurança Pública - COGEP  
SENASP/DEPRO/SENASP/MJC

Encaminhe-se ao Secretário Nacional de Segurança Pública a Nota Técnica sugerindo aprovação da Proposta 009985/2016 do estado do Acre.

**ADILSON PEREIRA DE CARVALHO**

Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos

I. Aprovo a proposta nº 009985/2016 nos termos propostos.

**CELSO PERIOLI**

Secretário Nacional de Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA CHRISTINA OLIVEIRA PAIXAO, Assistente Técnico(a)**, em 24/11/2016, às 11:22, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **EDIVALDO FORTUNATO PEREIRA, Coordenador(a) de Monitoramento Estratégico de Segurança Pública**, em 24/11/2016, às 11:42, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **Adilson Pereira de Carvalho, Diretor(a) do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da SENASP**, em 24/11/2016, às 18:29, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **CELSO PERIOLI, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 24/11/2016, às 19:40, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **3291124** e o código CRC **C9A4D6D5**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site

<http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Nº / ANO DA PROPOSTA:**

009985/2016

**DADOS DO CONCEDENTE****OBJETO:**

Elaboração de diagnósticos qualificados para o Laboratório de Estudo e Pesquisa da Violência e da Criminalidade - LEPESC visando subsidiar ações, projetos e programas desenvolvidos no âmbito da política de Segurança Pública do Estado do Acre.

**JUSTIFICATIVA:****DIAGNÓSTICO**

O Estado do Acre possui 22 municípios todos dentro da Faixa de Fronteira. Logo, entender se a dinâmica do crime e da violência possui especificidades nesse espaço em comparação com o restante do Estado é estratégia de especial importância para desenho de ações de prevenção e repressão à criminalidade que sejam capazes de trazer resultados ao longo do tempo. Soluções para conter o avanço da violência e da criminalidade requerem superação do modelo tradicional de fazer política pública de segurança. Implicam na associação de ações de natureza operacional com uma massificação de investimentos em pesquisas e desenvolvimento, mesclando a ciência com a atuação policial.

A consolidação da redução da violência e da criminalidade se coloca, portanto, como um dos principais desafios da Secretaria de Segurança Pública. Nesse sentido, e diante da relevância das questões impostas, se faz necessário à implantação de um Laboratório de Altos Estudos e Pesquisas da Violência e da Criminalidade – LAPESC que, em parceria com as Instituições de Ensino Superior e demais Órgãos e Instituições afins, desenvolverá estudos e pesquisas que poderão contribuir na compreensão da dinâmica da violência e da criminalidade e, dessa forma, possibilitar a elaboração de políticas públicas mais efetivas.

O envolvimento da comunidade acadêmica na área de segurança pública é essencial para contribuir com o diagnóstico dos problemas e suas causas, entender a dinâmica do crime, avaliar e acompanhar as ações, projetos e programas, bem como para propor alternativas que objetivem a redução da violência no Estado do Acre.

Nesse ponto, a execução de pesquisas científicas na área de segurança pública e justiça revelam-se necessárias para o fortalecimento e consolidação das políticas estaduais, avaliando e rejeitando as ações já implantadas nestes setores, bem como a produção de conhecimento como subsídio para o desenvolvimento de estratégias de prevenção, proteção e defesa social no Estado do Acre.

O Governo do Estado do Acre adotou o sistema de segurança pública integrada, alinhando-se desta forma, às políticas e estratégias do Governo Federal na prevenção e combate aos crimes contra a sociedade brasileira.

Importante se faz ressaltar que o Plano Estadual de Segurança Pública está em consonância com o Plano Estratégico do Governo Federal, onde estão em processo de implementação, ações de curto prazo, levantamento de informações e operação regulares, engajamento e integração federativa e definições de projetos estratégicos que darão a sustentabilidade das ações permanentes da política pública. Programas que serviram para garantir um melhor desenvolvimento social e garantia da soberania nacional.

O Governo do estado do Acre desde 2011 aderiu ao Plano Estratégico Nacional de Combate aos Crimes de Fronteira por meio do ENAFRON.

Em relação à prevenção a criminalidade, na capital destacou as ações decorrente das estratégias desenvolvidas pela Polícia Comunitária, fóruns comunitários, PROERD, Guarda Mirim, Bombeiro Mirim, programa Crack é possível vencer e os conselhos municipais de combate as drogas.

Desta forma, o conhecimento produzido nas diversas áreas da segurança pública no Acre é fator determinante para a prestação de serviço com excelência para a comunidade.

O investimento desta natureza, pleiteado pela presente proposta, certamente promoverá melhoria na oferta dos serviços de segurança e na gestão da Política de Segurança Pública

**PÚBLICO-ALVO:**

As 06(seis) instituições do SISP e seus respectivos gestores político responsáveis por cada instituição:

- Secretaria Estadual de Segurança Pública - SESP;
- Secretaria Estadual de Polícia Civil - SEPC;
- Polícia Militar do Acre - PMAC;
- Bombeiro Militar do Acre – BMAC;
- Departamento de Trânsito – DETRAN;

- Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN

**OBJETIVOS GERAIS:**

- a) Realizar diagnóstico para identificar o perfil das vítimas e autores de crime de homicídio ocorridos no período de 2013 a 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação e modus operandi;  
b) Realizar diagnóstico de vitimização e avaliação da atuação das instituições de segurança pública em Rio Branco.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Traçar o perfil das vítimas e autores dos crimes de homicídio;
- Identificar as causas e fatores relacionados a incidência do homicídio na capital;
- Mapear as regionais e bairros com maior incidência;
- Subsidiar a gestão da Política de Segurança, envolvendo os órgãos do SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública - para obtenção de maior eficiência e eficácia na prevenção e redução do homicídio na Capital;
- Fomentar ações de prevenção e redução do Homicídio junto a população e instituições governamentais e não governamentais.

**FUNDAMENTO LEGAL:**

<b>CONCEDENTE:</b> 30000	<b>NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:</b> MINISTERIO DA JUSTICA		
<b>CIDADE:</b>	<b>UF:</b>	<b>CÓDIGO DO MUNICÍPIO:</b>	<b>CEP:</b>
<b>CPF DO RESPONSÁVEL PELO CONCEDENTE:</b> 02160431826		<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO	
<b>ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL PELO CONCEDENTE:</b> camara dos deputados - anexo IV - gabinete 719 -		<b>C.E.P DO RESPONSÁVEL PELO CONCEDENTE:</b> 70160-900	

## 2 - DADOS DO PROPONENTE

<b>PROponente:</b> 63608947000108					
<b>Razão Social do Proponente:</b> SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP					
<b>Endereço Jurídico do Proponente:</b> Avenida Getúlio Vargas n 232 - Palácio das Secretarias, Subsolo					
<b>Cidade:</b> RIO BRANCO	<b>UF:</b> AC	<b>Código Município:</b> 0139	<b>CEP:</b> 69900-660	<b>E.A.:</b> Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	<b>DDD/Telefone:</b> 68- 32446223
<b>Banco:</b> 001 - BANCO DO BRASIL SA		<b>Agência:</b> 3550-5		<b>Conta Corrente:</b>	
<b>CPF do Responsável pelo Proponente:</b> 41261348249			<b>Nome do Responsável:</b> EMYLSON FARIAS DA SILVA		
<b>Endereço do Responsável pelo Proponente:</b> Avenida Antonio da Rocha Viana, 1569 – Bairro					



### **3- DADOS DO INTERVENIENTE**

**4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES**

<b>VALOR GLOBAL:</b>	R\$ 128.800,00	
<b>VALOR DA CONTRAPARTIDA:</b>	R\$ 2.582,00	
<b>VALOR DOS REPASSES:</b>	Ano	Valor
	2016	R\$ 126.218,00
<b>VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:</b>	R\$ 2.582,00	
<b>VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:</b>	R\$ 0,00	
<b>VALOR DA RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:</b>	R\$ 0,00	
<b>INÍCIO DE VIGÊNCIA:</b>	30/11/2016	
<b>FIM DE VIGÊNCIA:</b>	30/11/2017	
<b>VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:</b>	2017	

## 5 - PLANO DE TRABALHO

### Meta nº: 1

<b>Especificação:</b> REALIZAR DIAGNÓSTICO QUALITATIVO E SITUACIONAL DO HOMICÍDIO EM RIO BRANCO			
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b> UN		<b>QUANTIDADE:</b> 1.0	
<b>Valor:</b> R\$ 93.000,00	<b>Início</b> 30/11/2016	<b>Término Previsto:</b> 30/10/2017	
<b>Valor Global:</b> R\$ 128.800,00			
<b>Município:</b> RIO BRANCO	<b>Sigla UF:</b> AC	<b>Cód.</b> 0139	<b>CEP:</b> 69900-660
<b>Endereço:</b> Av. Getúlio vargas, 232 - Secretaria de Segurança Pública -SESP			
<b>Etapas/Fase nº: 1</b>			
<b>Especificação:</b> Contratação de serviços para realizar Diagnóstico do perfil das vítimas e autores de crime de homicídio ocorridos em 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação e modus operandi.			
<b>Quantidade:</b>	<b>Valor:</b>	<b>Início Previsto:</b>	<b>Término</b>
1.0	R\$ 93.000,00	30/01/2017	30/07/2017

### Meta nº: 2

<b>Especificação:</b> REALIZAR PESQUISA POR MEIO DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS			
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b> UN		<b>QUANTIDADE:</b> 1.0	
<b>Valor:</b> R\$ 31.000,00	<b>Início</b> 30/11/2016	<b>Término Previsto:</b> 30/10/2017	
<b>Valor Global:</b> R\$ 128.800,00			
<b>Município:</b> RIO BRANCO	<b>Sigla UF:</b> AC	<b>Cód.</b> 0139	<b>CEP:</b> 69900-660
<b>Endereço:</b> Av. Getúlio Vargas, 232 - Secretaria de Segurança Pública -SESP			
<b>Etapas/Fase nº: 1</b>			
<b>Especificação:</b> Contratação de serviços para realizar a aplicação e tabulação de 2.000 questionários utilizados como instrumento de pesquisa para coleta de dados em domicílio que serão utilizados para elaboração do diagnóstico de vitimização e avaliação do trabalho das instituições de segurança pública.			
<b>Quantidade:</b>	<b>Valor:</b>	<b>Início Previsto:</b>	<b>Término</b>
1.0	R\$ 31.000,00	28/02/2017	30/10/2017

### Meta nº: 3

<b>Especificação:</b> DIAGRAMAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO HOMICÍDIO EM RIO BRANCO			
<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b> 01		<b>QUANTIDADE:</b> 1.0	
<b>Valor:</b> R\$ 4.800,00	<b>Início</b> 01/06/2017	<b>Término Previsto:</b> 30/10/2017	
<b>Valor Global:</b> R\$ 128.800,00			
<b>Município:</b> RIO BRANCO	<b>Sigla UF:</b> AC	<b>Cód.</b> 0139	<b>CEP:</b> 69900-660
<b>Endereço:</b> Av. Getúlio Vargas, 232 - Palácio das Secretarias - SESP			

<b>Etapa/Fase nº: 1</b>			
<b>Especificação:</b> Contratação de serviços para realizar diagramação (por página) de uma publicação do Diagnóstico do perfil das vítimas e autores de crime de homicídio ocorridos em 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como os fatores determinantes da motivação modus operandi.			
<b>Quantidade:</b> 137.0	<b>Valor:</b> R\$ 4.800,00	<b>Início Previsto:</b> 10/06/2017	<b>Término</b> 30/10/2017

**6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO  
MINISTERIO DA JUSTICA**

<b>MÊS DESEMBOLSO:</b> Novembro	<b>ANO:</b> 2016
<b>META Nº: 1</b> <b>DESCRIÇÃO:</b> REALIZAR DIAGNÓSTICO QUALITATIVO E SITUACIONAL DO HOMICÍDIO EM RIO BRANCO	<b>VALOR DA META:</b> R\$ 93.000,00
<b>META Nº: 2</b> <b>DESCRIÇÃO:</b> REALIZAR PESQUISA POR MEIO DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS	<b>VALOR DA META:</b> R\$ 28.418,00
<b>META Nº: 3</b> <b>DESCRIÇÃO:</b> DIAGRAMAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO HOMICÍDIO EM RIO BRANCO	<b>VALOR DA META:</b> R\$ 4.800,00
<b>VALOR DO REPASSE:</b> R\$ 126.218,00	<b>PARCELA Nº:</b> 1

**7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP**

<b>MÊS DESEMBOLSO:</b> Novembro	<b>ANO:</b> 2016
<b>META Nº: 2</b> <b>DESCRIÇÃO:</b> REALIZAR PESQUISA POR MEIO DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS	<b>VALOR DA META:</b> R\$ 2.582,00
<b>VALOR DO REPASSE:</b> R\$ 2.582,00	<b>PARCELA Nº:</b> 1

## 8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

<b>DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:</b> Contratar serviços para realizar diagramação de uma publicação do Diagnóstico de crime de homicídio ocorridos em de Rio Branco.				
<b>NATUREZA DA AQUISIÇÃO:</b> Recursos do Convênio			<b>NATUREZA DA DESPESA:</b> 339039	
<b>ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO:</b> Av. Getúlio Vargas, 232 - Secretaria de Segurança Pública - SESP				
<b>CEP:</b> 69900-660	<b>UF:</b> AC	<b>CÓDIGO DO MUNICÍPIO:</b> 0139		<b>MUNICÍPIO:</b> RIO BRANCO
<b>UNIDADE:</b> un	<b>QUANTIDADE:</b> 129,00	<b>V. UNITÁRIO:</b> R\$ 37,21		<b>V.TOTAL:</b> R\$ 4.800,00
<b>OBSERVAÇÃO:</b> ITEM REALIZADO COM VALOR DE CONTRAPARTIDA. DO VALOR TOTAL R\$ 2.582,00 SERÃO PAGOS COM RECURSOS DE CONTRAPARTIDA.				
<b>DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:</b> Contratar serviços para realizar diagnóstico do perfil das vítimas e autores dos crimes de homicídios, ocorridos entre 2013 e 2015, na cidade de Rio Branco, bem como dos fatores que determinam a motivação e o modus operandi.				
<b>NATUREZA DA AQUISIÇÃO:</b> Recursos do Convênio			<b>NATUREZA DA DESPESA:</b> 339039	
<b>ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO:</b> Av. Getúlio Vargas, 232 - Secretaria de Segurança Pública - SESP				
<b>CEP:</b> 69900-660	<b>UF:</b> AC	<b>CÓDIGO DO MUNICÍPIO:</b> 0139		<b>MUNICÍPIO:</b> RIO BRANCO
<b>UNIDADE:</b> un	<b>QUANTIDADE:</b> 1,00	<b>V. UNITÁRIO:</b> R\$ 93.000,00		<b>V.TOTAL:</b> R\$ 93.000,00
<b>OBSERVAÇÃO:</b>				
<b>DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:</b> contratar serviços para Realizar o trabalho de aplicação e tabulação de 2.000 questionários que serão utilizados como instrumento de pesquisa para coleta de dados em domicílio que serão utilizados para elaboração do diagnóstico de vitimização e avaliação do trabalho das instituições de segurança pública				
<b>NATUREZA DA AQUISIÇÃO:</b> Recursos do Convênio			<b>NATUREZA DA DESPESA:</b> 339039	
<b>ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO:</b> Av. Getúlio Vargas, 232 - Secretaria de Segurança Pública - SESP				
<b>CEP:</b> 69900-660	<b>UF:</b> AC	<b>CÓDIGO DO MUNICÍPIO:</b> 0139		<b>MUNICÍPIO:</b> RIO BRANCO
<b>UNIDADE:</b> un	<b>QUANTIDADE:</b> 1,00	<b>V. UNITÁRIO:</b> R\$ 31.000,00		<b>V.TOTAL:</b> R\$ 31.000,00
<b>OBSERVAÇÃO:</b> NESTA ETAPA HÁ PREVISÃO DO USO DA CONTRAPARTIDA NO VALOR DE R\$ 2.582,00				

## 9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

<b>NATUREZA DA DESPESA</b>				
<b>Código</b>	<b>Total</b>	<b>Recursos</b>	<b>Contrapartida Bens e Serviços</b>	<b>Rendimento de Aplicação</b>
339039	R\$ 128.800,00	R\$ 128.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL GERAL:</b> R\$ 128.800,00				

## 10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao \_\_\_\_\_ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Proponente

## 11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

**Aprovado**

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Concedente  
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

## 12 - ANEXOS



3322067

08020.002476/2016-24

Em, 24 de novembro de 2016.

Memorando nº 120/2016/COGEP SENASP/DEPRO/SENASP

Ao Sr. Coordenador de Planejamento - CPLAN - do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública - DEAPSEG

Assunto: **proposta SICONV 009985/2016 de Emenda Parlamentar** - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ACRE

Pelo presente, encaminhamos a proposta SICONV 009985/2016, referente à ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública, conforme o art. 3º da Portaria Interministerial – CGU/MF/MP nº 507/2011, que versa sobre o registro dos atos de avaliação e autorização no SICONV, devidamente analisada pela Coordenação de Gerenciamento de Projetos deste Departamento e aprovada nos termos da Nota Técnica 220/2016 (3291124), para as providências cabíveis.

Atenciosamente,

**LEONARDO FREIRE DE OLIVEIRA GARCIA**

Coordenador de Gerenciamento de Projetos - COGEP SENASP/DEPRO/SENASP - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Freire de Oliveira Garcia**, **Coordenador(a) de Gerenciamento de Projetos - Substituto(a)**, em 24/11/2016, às 21:01, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **3322067** e o código CRC **1842DC1C**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site

<http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08020.002476/2016-24

SEI nº 3322067



3433538

08020.002476/2016-24

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA**

Esplanada dos Ministérios Bloco T, , Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: e Fax: - [www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)

Convênio Nº 838527/2016 - ACRE/2016/CPlan/CGOFin/DEAPSEG/SENASP

Processo Nº 08020.002476/2016-24

Convênio nº 838527/2016, que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Cidadania, representado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, e o Estado do Acre, representado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Acre.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA**, representado pela **SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, CNPJ 00.394.494/0005-60, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Palácio da Justiça, sala 500, CEP 70.064-900, Brasília, DF, doravante denominado **CONCEDENTE**, representada neste ato pelo **SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, CELSO PERIOLI**, CPF 856.262.608-20, com competência delegada pela Portaria MJ nº 1.821, de 13 de outubro de 2006, e o **ESTADO DO ACRE**, por intermédio da **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**, CNPJ 63.608.947/0001-08, com sede em Avenida Getúlio Vargas n 232 - Palácio das Secretarias, Subsolo, Centro, CEP: 69900-660 doravante denominado **CONVENIENTE**, representada neste ato pelo **GOVERNADOR, SEBASTIÃO AFONSO MACEDO NEVES**, CPF 091.373.942-15, e pelo **SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, EMYLSON FARIAS DA SILVA**, CPF 412.613.482-49, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, com fundamento no Decreto nº 6.170/2007, na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, na Lei nº 8.666/1993, na Lei Complementar nº 101/2000, no Decreto nº 93.872/1986, na Portaria MJ nº 458/2011 e na Lei nº 13.242/2015 (LDO 2016), mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este **CONVÊNIO** tem por objeto: Elaboração de diagnósticos qualificados para o Laboratório de Estudo e Pesquisa da Violência e da Criminalidade - LEPESC visando subsidiar ações, projetos e programas desenvolvidos no âmbito da política de Segurança Pública do Estado do Acre.

**Parágrafo único.** O objeto não poderá ser alterado em sua natureza, apenas ampliada a sua execução



mediante Termo Aditivo ao **CONVÊNIO**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

Os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o objeto pactuado, em consonância com o Plano de Trabalho elaborado pelo **CONVENENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE** no âmbito do Portal dos Convênios – SICONV, que integra este **CONVÊNIO** independentemente de transcrição no processo administrativo.

**Parágrafo único.** Excepcionalmente o Plano de Trabalho poderá ser alterado, mediante solicitação de ajuste formulada pelo **CONVENENTE** no âmbito do SICONV, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de término da vigência do **CONVÊNIO**, submetida à prévia aprovação do **CONCEDENTE**.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES**

### **I – Obrigações do CONCEDENTE:**

1. Promover o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho;
2. Prorrogar de ofício a vigência do **CONVÊNIO**, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, prescindindo de prévia análise jurídica;
3. Designar, no prazo de 5 (cinco) dias da publicação do extrato do **CONVÊNIO**, em ato a ser publicado no Boletim de Serviço do Ministério da Justiça e registrado no SICONV, no mínimo 1 (um) servidor com suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Plano de Trabalho e do cumprimento do objeto pactuado;
4. Notificar o Poder Legislativo da UF do **CONVENENTE** sobre este instrumento, no prazo de até 10 (dez) dias da celebração, facultada a comunicação por meio eletrônico;
5. Acompanhar e fiscalizar a execução do Plano de Trabalho e o cumprimento do objeto pactuado, notificando o **CONVENENTE** sobre eventuais inadequações verificadas e solicitando o saneamento tempestivo;
6. Analisar e deliberar sobre toda proposta de ajuste do Plano de Trabalho, de utilização de rendimentos de aplicação e de termo aditivo, assim como sobre a prestação de contas.

### **II – Obrigações do CONVENENTE:**

1. Promover a contrapartida, que, se financeira, deverá observar o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho e ser depositada na conta bancária específica do **CONVÊNIO**;
2. Cumprir o objeto pactuado em conformidade com o Plano de Trabalho do **CONVÊNIO**;
3. Inserir no SICONV, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação do extrato do **CONVÊNIO**, a designação do responsável pela execução do objeto pactuado, contendo seu nome completo, cargo, telefones, endereço eletrônico e outras informações que garantam a agilidade nos contatos, mantendo tais informações atualizadas;
4. Dar ciência da celebração do **CONVÊNIO** ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
5. Disponibilizar por meio da Internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade,

consulta ao extrato do **CONVÊNIO**, contendo pelo menos o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para sua execução, sendo facultada apenas a inserção, em sua página oficial, de link que possibilite acesso direto ao SICONV;

6. Gerir a conta bancária específica do **CONVÊNIO**, de modo a garantir que os recursos financeiros sejam empregados exclusivamente na consecução de seu objeto, em conformidade com o Plano de Trabalho;
7. Respeitar o prazo mínimo de antecedência de 60 (sessenta) dias do término da vigência do **CONVÊNIO** para solicitar ao **CONCEDENTE** a realização de ajuste do Plano de Trabalho, de utilização de rendimentos de aplicação, e de termo aditivo;
8. Observar, nas aquisições e contratações, as normas vigentes sobre os procedimentos licitatórios, inclusive os casos de dispensa ou inexigibilidade, bem como o uso obrigatório do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para contratação de bens e serviços comuns;
9. Prever, no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento, que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é do contratado, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;
10. Inserir cláusula, nos contratos celebrados com terceiros, que os obrigue a permitir o livre acesso, para servidores do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle, aos processos, documentos, informações e locais referentes à execução do objeto contratado;
11. Incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos pertinentes, mantendo-os atualizados, em conformidade com a legislação aplicável;
12. Garantir que todos os comprovantes fiscais das despesas sejam emitidos em seu nome, bem como atestá-los antes do respectivo pagamento, com número do **CONVÊNIO**, declaração de conformidade dos serviços prestados e/ou bens adquiridos, data do atesto, identificação e assinatura do responsável;
13. Aplicar, em local de destaque, a logomarca do Governo Federal e o número do **CONVÊNIO** sobre todos os produtos gerados ou bens adquiridos com recursos deste instrumento;
14. Propiciar ao **CONCEDENTE** todos os meios necessários para realizar o acompanhamento e fiscalização da execução do **CONVÊNIO**;
15. Permitir o livre acesso, dos servidores do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle, aos processos, documentos, informações e locais referentes à execução do objeto contratado;
16. Restituir, no prazo estabelecido para a apresentação da prestação de contas, eventual saldo financeiro remanescente, inclusive o proveniente de aplicações financeiras realizadas, observando a proporcionalidade dos recursos de repasse e de contrapartida;
17. Prestar contas, conforme estabelecido neste instrumento;
18. Zelar pela conservação e manutenção dos produtos gerados e dos bens adquiridos por meio deste instrumento;
19. Assegurar a garantia de direitos, especialmente no que concerne à abolição de toda prática de tortura, o respeito e a promoção dos direitos da mulher e à abolição de toda forma de discriminação por razões de deficiência física, etnia, religião e orientação sexual, respeitando as orientações e diretrizes do Governo Federal;
20. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidades na execução do contrato ou gestão financeira do **CONVÊNIO**, comunicando tal fato ao **CONCEDENTE**.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do **CONVÊNIO** terá início na data de sua assinatura e término em 30/12/2017, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja interesse de ambos os partícipes.

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

Para realização do objeto pactuado, fica estipulado o valor global de **R\$ 128.800,00 (cento e vinte e oito mil e oitocentos reais)**, sendo **R\$ 126.218,00 (cento e vinte e seis mil duzentos e dezoito reais)** a título de repasse do **CONCEDENTE** e **R\$ 2.582,00 (dois mil quinhentos e oitenta e dois reais)** de contrapartida financeira do **CONVENENTE**, a serem disponibilizados em conformidade com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho.

**Parágrafo Primeiro.** Os recursos de repasse do **CONCEDENTE** correrão à conta do Orçamento Fiscal da União para o exercício de 2015, com fundamento na Lei 13.255/2016 (LOA 2016) e Nota de Empenho nº 2016NE800039.

**Parágrafo Segundo.** Os recursos de contrapartida financeira do **CONVENENTE** correrão por sua conta, com fundamento na Lei nº 13.242/2015 (LDO 2016) e em conformidade com declaração específica registrada no SICONV.

**Parágrafo Terceiro.** Enquanto não utilizados, os recursos financeiros devem ser obrigatoriamente aplicados pelo **CONVENENTE**, da seguinte maneira:

1. Em caderneta de poupança, quando a previsão de utilização for igual ou superior a um mês; ou
2. Em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando a previsão de utilização for inferior a um mês.

**Parágrafo Quarto.** Os recursos de rendimento de aplicação não serão computados como contrapartida e somente poderão ser utilizados na consecução do objeto pactuado, mediante solicitação prévia do **CONVENENTE**, formulada ao **CONCEDENTE** por meio do SICONV com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência do **CONVÊNIO**.

**Parágrafo Quinto.** Os recursos financeiros serão mantidos e movimentados na conta bancária específica do **CONVÊNIO**, cabendo ao **CONVENENTE** executá-los em conformidade com o Plano de Trabalho, promovendo pagamentos exclusivamente por crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto quando devido a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa, e desde que uma única vez no decorrer da vigência deste instrumento, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A execução do **CONVÊNIO** será monitorada, acompanhada e fiscalizada pelo **CONCEDENTE**, com fins a verificar o cumprimento de seu objeto e a boa e regular aplicação dos recursos em conformidade com o Plano de Trabalho.

**Parágrafo primeiro.** O monitoramento se dará por meio remoto, via SICONV, realizado por servidor especialmente designado como fiscal pelo **CONCEDENTE**, mediante conferência das informações e documentos registrados pelo **CONVENENTE**, que será solicitado e orientado a esclarecer e sanar

eventuais inadequações observadas.

**Parágrafo segundo.** O acompanhamento e a fiscalização ocorrerão *in loco*, por meio de comissão necessariamente integrada pelo servidor designado como fiscal, sempre que restar frustrado o monitoramento ou houver outro motivo relevante, mediante visita previamente justificada e comunicada ao **CONVENENTE**.

**Parágrafo terceiro.** Constitui prerrogativa do **CONCEDENTE** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto pactuado, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DE TERMO ADITIVO**

O **CONVÊNIO** poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, devidamente solicitado e justificado pelo **CONVENENTE** no âmbito do SICONV, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência, discriminando os ajustes que implicará no Plano de Trabalho.

**Parágrafo único.** Nos Termos Aditivos de valor indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, sobre cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O **CONVENENTE** deverá providenciar a prestação de contas do **CONVÊNIO**, por meio do SICONV, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do término da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, contendo as informações e os documentos que comprovem o cumprimento do objeto e a boa e regular aplicação dos recursos em conformidade com o Plano de Trabalho.

**Parágrafo primeiro.** O prazo da prestação de contas poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a critério do **CONCEDENTE**, mediante solicitação prévia fundamentada do **CONVENENTE**.

**Parágrafo segundo.** A documentação integrante da prestação de contas deverá ser mantida em boa ordem pelo **CONVENENTE**, pelo prazo de 20 (vinte) anos a contar do término da vigência, permitida a digitalização.

## **CLÁUSULA NONA – DOS BENS**

Serão de propriedade do **CONCEDENTE** todos os bens que na data da conclusão ou extinção do **CONVÊNIO** tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, podendo ser doados ao **CONVENENTE**, se presente o interesse público, mediante termo específico no qual conste a destinação específica e o compromisso de uso estrito nos objetivos originais com obrigatoriedade de reversão ao **CONCEDENTE** caso restem cessados tais objetivos, em conformidade com o art. 17 da Lei nº 8.666/1993 e com o Decreto nº 99.658/1990.

**Parágrafo primeiro.** Caberá ao **CONVENENTE** providenciar, imediatamente após a aquisição, o registro patrimonial dos bens permanentes e a sua efetiva utilização no objeto pactuado.

**Parágrafo segundo.** Até que seja aprovada a prestação de contas, ficarão sujeitos à reversão para o **CONCEDENTE** todos os bens que não sejam empregados tempestivamente pelo **CONVENENTE** para atendimento aos fins a que se destinam, inclusive os bens custeados com recursos da contrapartida, respeitada a regra de proporcionalidade.

**Parágrafo terceiro.** Caso se verifique o não emprego tempestivo dos bens, incidirá multa, a ser aplicada sobre o gestor responsável do **CONVENENTE**, no montante de 1% (um por cento) do valor de cada bem por mês de intempestividade verificada.

**Parágrafo quarto.** Para efeito de verificação da tempestividade de que trata o parágrafo segundo, será considerado o cumprimento do cronograma de execução do plano de trabalho.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA**

O **CONVÊNIO** poderá ser denunciado a qualquer tempo por qualquer dos partícipes, que ficarão responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, não havendo obrigação de permanência nem sanção ao denunciante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

Constituem motivos para a rescisão do **CONVÊNIO**:

1. inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
2. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e
3. verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **CONVÊNIO** será obrigatoriamente destacada a participação do **CONCEDENTE**, atentando-se para que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GLOSA DE DESPESAS**

Serão glosadas as despesas porventura realizadas, ainda que em caráter emergencial, com finalidade diversa da pactuada, especialmente quando:

1. a título de taxa de administração, gerência ou similar;
2. destinadas a remunerar servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo as hipóteses admitidas pela legislação;

3. realizadas em data anterior ou posterior à vigência do **CONVÊNIO**, exceto, para as realizadas em data posterior, cujo fato gerador tenha ocorrido durante a vigência e o pagamento tenha sido previamente autorizado pelo **CONCEDENTE**; e
4. relativas a taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive por pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, quanto às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo **CONCEDENTE**, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES**

Todas as comunicações entre os partícipes serão consideradas regularmente feitas se registradas no SICONV e notificadas por ofício.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato do **CONVÊNIO**, no Diário Oficial da União, será providenciada pela **CONCEDENTE** no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

Eventuais dúvidas, casos omissos ou outras questões decorrentes deste **CONVÊNIO**, quando não solucionadas pela via administrativa, serão submetidas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal, e, caso necessário, à jurisdição da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E por estarem de comum acordo, foi o presente Convênio assinado eletronicamente pelos partícipes com as testemunhas abaixo.

<b>Celso Perioli</b> Secretário Nacional de Segurança Pública	<b>Sebastião Afonso Viana Macedo Neves</b> Governador do Estado do Acre
------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------

<b>Emylson Farias da Silva</b> Secretário de Estado de Segurança Pública
-----------------------------------------------------------------------------

#### **TESTEMUNHAS:**

Nome: Eduardo Henrique Falcão Pires	Nome: Andreia Gonçalves da Silva
-------------------------------------	----------------------------------

Identidade: 3.346.279 SSP/DF	Identidade: 2105214 SSP/DF
CPF: 101.884.897-54	CPF: 981.589.701-25



Documento assinado eletronicamente por **EMYLSON FARIAS DA SILVA, Usuário Externo**, em 22/12/2016, às 11:22, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **SEBASTIÃO AFONSO VIANA MACEDO NEVES, Usuário Externo**, em 22/12/2016, às 11:43, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **CELSO PERIOLI, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 26/12/2016, às 15:08, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HENRIQUE FALCAO PIRES, Coordenador(a) de Planejamento**, em 27/12/2016, às 10:10, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA GONÇALVES DA SILVA, Assistente Técnico(a) da Coordenação de Planejamento**, em 27/12/2016, às 11:37, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **3433538** e o código CRC **93B0488E**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site

<http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 30Nov16 NUMERO: 2016NE800039 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 200330/00001 - SECRETARIA NACIONAL DE SEG. PÚBLICA - SENASP  
CNPJ : 00394494/0005-60 FONE: (061)2025-9165  
ENDERECO : MJ - ED.SEDE 5.ANDAR  
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70064-900

CREDOR : 63608947/0001-08 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA -  
ENDERECO : GETULIO VARGAS 232 SUBSL PALACIO DAS CENTRO  
MUNICIPIO : 0139 - RIO BRANCO UF: AC CEP: 69900-660

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

Empenho para repasse do convênio n 838527/2016 - Acre.

CLASS : 1 30101 06181208188550012 120510 0100000000 333041 000000 SP9990SEAR1

TIPO : GLOBAL MODALIDADE DE LICITACAO: NAO SE APLICA

AMPARO: INCISO: PROCESSO: 08020002476201624

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: AC / 139

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA DA DISPENSA: NUM. ORIG.: 838527

VALOR EMPENHO : 126.218,00

CENTO E VINTE E SEIS MIL, DUZENTOS E DEZOITO REAIS\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 333041 SUBITEM: 01 -ACRE

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1 VALOR UNITARIO:	126.218,00
		VALOR DO SEQ. :	126.218,00

ELABORACAO DE DIAGNOSTICOS QUALIFICADOS PARA O LABORATORIO DE ESTUDO E PESQUIS  
A DA VIOLENCIA E DA CRIMINALIDADE - LEPESC VISANDO SUBSIDIAR ACOES, PROJETOS E  
PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO AMBITO DA POLITICA DE SEGURANCA PUBLICA DO ESTADO  
DO ACRE.

TOTAL : 126.218,00

CELSON PERIOLI  
ORDENADOR

LEONARDO GOMES VIEIRA  
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO



3509555

08020.002476/2016-24



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

**Nota Técnica nº 229/2016/CPlan/CGOFin/DEAPSEG/SENASP**

**PROCESSO Nº 08020.002476/2016-24**

**CONVÊNIO Nº 838527/2016**

**INTERESSADO/CONVENIENTE: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Acre.**

**EMENTA: Celebração de Convênio. Encaminhamentos sobre a análise da Consultoria Jurídica/MJ.**

### 1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de manifestação técnica com encaminhamentos sobre a análise da Consultoria Jurídica/MJ, emitida por meio do Parecer nº 01434/2016/CONJUR-MJ/CGU/AGU (3254205) de caráter referencial, para fins de celebração de Convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Acre.

1.2. É o relatório.

### 2. ANÁLISE

2.1. Considerações quanto ao Parecer jurídico:

2.1.1. Quanto ao parágrafo 14: consideramos atendidos os requisitos para adoção do Parecer jurídico referencial, visto que no caso ora em análise pretende-se celebrar convênio com entidade pública cujos valores decorrem de emenda parlamentar impositiva.

2.1.2. Quanto ao parágrafo 15: consideramos atendidos os requisitos de instrução processual exigidos para fins de celebração do Convênio, ressalvando que, quanto aos espelhos de consulta da situação cadastral do Conveniente, para fins de comprovação de que este não se encontra em situação de inadimplência, nos abstermos de providenciar tal consulta, posto que o convênio que se pretende celebrar fundamenta-se em valores decorrentes de emenda parlamentar impositiva, estando assim alcançado pelo disposto no § 13 do art. 166 da Constituição Federal:

§ 13. Quando a transferência obrigatória da União, para a execução da programação prevista no §11 deste artigo, for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independência da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o caput do art. 169. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

2.1.3. Ademais, ainda quanto à não verificação de regularidade do Conveniente, observamos que, sendo o objeto do convênio que se pretende celebrar destinado a garantir a segurança pública, encontra-se também alcançado pelo disposto no art. 6º da Lei 10.201/2001:

Art. 6º As vedações temporárias, de qualquer natureza, constantes de lei não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados aos Municípios, destinados a garantir a segurança pública, a execução da Lei Penal, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem assim a manutenção do sistema penitenciário.

2.1.4. Quanto ao parágrafo 20: consideramos que as parcelas financeiras previstas no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho do Convênio foram objeto de análise da área técnica

da SENASP, que, em ato registrado neste processo, concluiu pela aprovação do projeto, o que justifica a forma na qual tais parcelas encontram-se previstas.

2.1.5. Quanto ao parágrafo 22: quanto ao dever de fazer constar dos autos o Plano de Trabalho e Termo de Referência aprovados pela autoridade competente, nos abstermos de adotar tal providência, visto que os citados documentos integram a estruturação eletrônica do projeto no Portal de Convênios - SICONV, e, por isso, independem de transcrição, conforme previsto no inciso I do art. 43 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011.

2.1.6. Quanto aos parágrafos 23 a 30: consideramos que as questões apontadas foram objeto de análise da área técnica da SENASP, que, em ato registrado neste processo, concluiu pela aprovação do projeto e a adequação inclusive junto ao Portal dos Convênios - SICONV.

2.1.7. Quanto ao parágrafo 31: consideramos que a minuta do termo de convênio encontra-se adequada aos apontamentos jurídicos.

2.2. É a análise.

### 3. CONCLUSÃO

3.1. Pelo exposto, consideramos haver observância ao Parecer da CONJUR-MJ, com condições para o prosseguimento dos trâmites necessários para fins de celebração do Convênio.

**EDUARDO HENRIQUE FALCÃO PIRES**

Coordenador de Planejamento  
DEAPSEG/SENASP/MJC



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HENRIQUE FALCAO PIRES**, **Coordenador(a) de Planejamento**, em 27/12/2016, às 10:04, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **3509555** e o código CRC **03EF642B**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



MORIAH EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP-Objeto: Repactuação dos preços do Contrato nº 234/2014, bem como prorrogação de seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, para manutenção dos serviços de limpeza e conservação. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações. Vigência: 04/01/2017 a 04/01/2017. Valor Total: R\$87.526,11. Fonte: 100000000 - 2016NE800024. Data de Assinatura: 19/12/2016.

(SICON - 30/12/2016) 194035-19208-2016NE800005

COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 194085

Número do Contrato: 177/2015.  
Nº Processo: 08126000048201506.  
PREGÃO SISPP Nº 7/2015. Contratante: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO -.CNPJ Contratado: 10750752000123. Contratado : A. P. S. DO NASCIMENTO ALMEIDA & -ALMEIDA LTDA - ME. Objeto: Prorroga a vigencia do contrato nº 177/2015 por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 30/11/2016 a 30/11/2017. Valor Total: R\$13.045,00. Fonte: 100000000 - 2015NE800150. Data de Assinatura: 30/11/2016.

(SICON - 30/12/2016) 194035-19208-2016NE800005

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 8/2016

Processo nº 00005.219784/2016-73. Espécie: Termo de Convênio nº 0082016, celebrado entre a União, por meio do Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, CNPJ nº 05.478.625/0001-87 e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, CNPJ nº 13.095.667/0001-67, denominada Convenente, e o Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 87.934.675/0001-96, denominado interveniente. Objeto: Execução do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado do Rio Grande do Sul - PPCAAM/RS. Valor Global: R\$ 1.320.000,00 (hum milhão trezentos e vinte mil reais), sendo R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem reais) dos recursos da Concedente, UG: 110645/00001, consignados no Programa de Trabalho: 144222064215J0001, ND 333041 e 443041, Fonte 100, Notas de Empenho 2016NE000003 e 2016NE000011 e R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) a título de Contrapartida da Convenente. Data da Assinatura: 29/12/2016. Vigência: 29/12/2016 a 29/12/2017. Cláudia de Freitas Vidigal, CPF nº 258.559.008-94, Secretária Nacional de promoção de Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça e Cidadania, Maria Helena Sartori, CPF nº 407.118.200-82, Secretária e José Ivo Sartori, CPF nº 117.829.600-82, Governador.

EXTRATO DE FOMENTO

Espécie: Termo de Fomento Nº 829636/2016, Nº Processo: 00005208578201638, Concedente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Convenente: FEDERACAO NACIONAL DAS ASSOCIACOES PESTALOZZI-FENAPESTALOZZI CNPJ nº 42129809000168, Objeto: Capacitação para os dirigentes da Fenapestalozzi e gestores das Associações Pestalozzi de todo o Brasil que atuam na defesa de direitos da pessoa com deficiência para implementação e monitoramento de ações efetivas no atendimento as pessoas com deficiência em todo o Brasil., Valor Total: R\$ 200.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 200.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800007, Valor: R\$ 200.000,00, PTRES: 126510, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33504101, Vigência: 29/12/2016 a 29/12/2017, Data de Assinatura: 29/12/2016, Signatários: Concedente: MOISES BAUER LUIZ CPF nº 004.264.659-62, Convenente: ESTER ALVES PACHECO HENRIQUES CPF nº 283.636.631-15.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 834405/2016, Nº Processo: 00041000156201680, Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, Convenente: MUNICIPIO DE SALVADOR CNPJ nº 13927801000149, Objeto: Aquisição de Unidade Móvel de atendimento às políticas de promoção da igualdade racial, enfrentamento ao Racismo e fortalecimento institucional da SEMUR., Valor Total: R\$ 520.850,00, Valor de Contrapartida: R\$ 20.850,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 500.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800019, Valor: R\$ 500.000,00, PTRES: 122458, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404107, Vigência: 29/12/2016 a 29/12/2018, Data de Assinatura: 29/12/2016, Signatários: Concedente: JUVENAL ARAUJO JUNIOR CPF nº 002.508.866-18, Convenente: ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO CPF nº 565.834.005-53.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS

EXTRATOS DE DOAÇÃO

Termo de Doação nº 41/2016, Processo nº 08131.003506/2016-62. Doador: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS. Donatária: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Objeto: Solução - Conjuntos Comunicadores Dissimulados de Inteligência - CCDI. Data de assinatura: 29/12/2016. Assinatura: ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, e LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Termo de Doação nº 42/2016, Processo nº 08131.001271/2016-74. Doador: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS. Donatária: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Objeto: Solução - Cadeira Escolar com braço. Data de assinatura: 29/12/2016. Assinatura: ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, e LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Termo de Doação nº 44/2016, Processo nº 08131.001272/2016-19. Doador: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS. Donatária: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Objeto: Solução - Imageador. Data de assinatura: 30/12/2016. Assinatura: ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, e LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Termo de Doação nº 54/2016, Processo nº 08131.003510/2016-21. Doador: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS. Donatária: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Objeto: Solução - SEEIS. Data de assinatura: 29/12/2016. Assinatura: ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, e LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Termo de Doação nº 58/2016, Processo nº 08131.003522/2016-55. Doador: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS. Donatária: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Objeto: Solução - Projetor de Multimídia. Data de assinatura: 30/12/2016. Assinatura: ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, e LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Termo de Doação nº 61/2016, Processo nº 08131.003738/2016-11. Doador: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS. Donatária: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Objeto: Solução - Equipamentos Operacionais de Inteligência (EOIS) - Copa do Mundo FIFA 2014. Data de assinatura: 29/12/2016. Assinatura: ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, e LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Termo de Doação nº 62/2016, Processo nº 08131.003762/2016-50. Doador: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS. Donatária: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Objeto: Solução - Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) - Copa do Mundo FIFA 2014. Data de assinatura: 29/12/2016. Assinatura: ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, e LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Termo de Doação nº 63/2016, Processo nº 08131.003784/2016-10. Doador: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS. Donatária: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Objeto: Solução - Equipamento de Proteção Individual (EPI) - Copa do Mundo FIFA 2014. Data de assinatura: 29/12/2016. Assinatura: ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, e LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Termo de Doação nº 43/2016, Processo nº 08131.001472/2016-71. Doador: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS. Donatária: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Objeto: Solução - Estação de Trabalho. Data de assinatura: 29/12/2016. Assinatura: ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, e LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

RETIFICAÇÃO

No Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Convênio SI-CONV nº 806422/2014, processo nº 08018.000093/2014-07, publicado no Diário Oficial da União nº 249, de 28 de dezembro de 2016, página 83, onde se lê "O PRESENTE TERMO ADITIVO TERÁ SUA VIGÊNCIA DO DIA 01/01/2017 ATÉ 31/06/2017, leia-se: " O PRESENTE TERMO ADITIVO TERÁ SUA VIGÊNCIA DO DIA 01/01/2017 ATÉ 30/06/2017

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Convênio Nº 838527/2016, Nº Processo: 08020002476201624, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP CNPJ nº 63608947000108, Objeto: Elaboração de diagnósticos qualificados para o Laboratório de Estudo e Pesquisa da Violência e da Criminalidade - LEPESEC visando subsidiar ações, projetos e programas desenvolvidos no âmbito da política de Segurança Pública do Estado do Acre., Valor Total: R\$ 128.800,00, Valor de Contrapartida: R\$ 2.582,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 126.218,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800039, Valor: R\$ 126.218,00, PTRES: 120510, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304101, Vigência: 26/12/2016 a 30/12/2017, Data de Assinatura: 26/12/2016, Signatários: Concedente: CELSO PERIOLI CPF nº 856.262.608-20, Convenente: EMYLSON FARIAS DA SILVA CPF nº 412.613.482-49.

Espécie: Convênio Nº 840309/2016, Nº Processo: 08020002906201616, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP CNPJ nº 63608947000108, Objeto: Implantação de Cerco Eletrônico para realizar um controle da dinâmica criminal no Estado do Acre, Valor Total: R\$ 3.297.060,00, Valor de Contrapartida: R\$ 19.840,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 3.277.220,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800323, Valor: R\$ 3.277.220,00, PTRES: 126846, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304101, Vigência: 26/12/2016 a 30/12/2017, Data de Assinatura: 26/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Convenente: EMYLSON FARIAS DA SILVA CPF nº 412.613.482-49.

Espécie: Convênio Nº 838529/2016, Nº Processo: 08020005621201629, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP CNPJ nº 63608947000108, Objeto: Fortalecimento do Programa PACIFICAR - Programa de Conciliação de conflitos da Secretaria de Estado de Segurança Pública com aquisição de Bens de Capital para 06(seis) Núcleos e a Coordenação., Valor Total: R\$ 225.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 2.220,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 222.780,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800040, Valor: R\$ 222.780,00, PTRES: 120511, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304101, Vigência: 26/12/2016 a 30/12/2017, Data de Assinatura: 26/12/2016, Signatários: Concedente: CELSO PERIOLI CPF nº 856.262.608-20, Convenente: EMYLSON FARIAS DA SILVA CPF nº 412.613.482-49.

Espécie: Convênio Nº 840899/2016, Nº Processo: 08020007331201610, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP CNPJ nº 63608947000108, Objeto: REAPARELHAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ACRE, Valor Total: R\$ 808.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 8.000,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 800.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800330, Valor: R\$ 800.000,00, PTRES: 120713, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304101, Vigência: 26/12/2016 a 30/12/2017, Data de Assinatura: 26/12/2016, Signatários: Concedente: CELSO PERIOLI CPF nº 856.262.608-20, Convenente: EMYLSON FARIAS DA SILVA CPF nº 412.613.482-49.

Espécie: Convênio Nº 841197/2016, Nº Processo: 08020002373201664, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: BAHIA SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA CNPJ nº 13937149000143, Objeto: Modernização da frota da Polícia Militar da Bahia no município de Jequié, Valor Total: R\$ 288.454,38, Valor de Contrapartida: R\$ 300,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 288.154,38, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800336, Valor: R\$ 288.154,38, PTRES: 128887, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304107, Vigência: 29/12/2016 a 30/12/2017, Data de Assinatura: 29/12/2016, Signatários: Concedente: CELSO PERIOLI CPF nº 856.262.608-20, Convenente: MAURICIO TELES BARBOSA CPF nº 045.480.497-03.

Espécie: Convênio Nº 839591/2016, Nº Processo: 08020002571201628, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL CNPJ nº 37115482000135, Interveniente: DISTRITO FEDERAL CNPJ nº 00394601000126, Objeto: Reparelhamento da Polícia Civil do Distrito Federal por meio de equipamentos de segurança individual dos policiais., Valor Total: R\$ 718.094,00, Valor de Contrapartida: R\$ 44.175,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 673.919,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800306, Valor: R\$ 673.919,00, PTRES: 120731, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304111, Vigência: 28/12/2016 a 30/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2016, Signatários: Concedente: CELSO PERIOLI CPF nº 856.262.608-20, Convenente: ERIC SEBA DE CASTRO CPF nº 289.787.061-34, Interveniente: RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG CPF nº 245.298.501-53.

Espécie: Convênio Nº 838236/2016, Nº Processo: 08020002811201694, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA CNPJ nº 04243026000111, Objeto: Reparelhamento da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do



fechar X

Loading Image...



HENRIQUE FALCAO PIRES

4

6.3699 [Sair do Sistema](#)[Página Principal](#)

Programas

Propostas

Execução

Inf. Gerenciais

Cadastros

Acomp. e Fiscalização

Prestação de Contas

Administração

Banco de Projetos

TCE

Verificação de Regularidade

[PrincipalConsultar Pré-Convênio/Convênio](#)

## Consultar Pré-Convênio/Convênio

30000 - MINISTERIO DA JUSTICA

Convênio 838527/2016

Data	04/04/2017
Parecer do	CONCEDENTE
Responsável	EDUARDO HENRIQUE FALCAO PIRES
Atribuição	Gestor Financeiro do Concedente
Função	Analista Técnico-Administrativo
Parecer	<p>Comunicamos que o repasse foi efetivado e a vigência prorrogada em razão do atraso no repasse, conforme anexo. Solicitamos que a contrapartida seja imediatamente depositada na conta do convênio, caso ainda não tenha sido. Permanecemos à disposição pelo telefone (61) 2025-3177. Atenciosamente.</p>

### Arquivos Anexos

Nome do Arquivo	Data do Envio	Descrição		
Convênio 838527 Prorrogação de Ofício 1-2017.pdf	04/04/2017	DOU	<a href="#">Baixar</a>	<a href="#">Excluir Arquivo</a>

## COORDENAÇÃO REGIONAL DO VALE DO JAVARI

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 3/2017 - UASG 194007

Nº Processo: 08744000045201668 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de combustíveis, (gasolina, óleo diesel S-10, óleo lubrificante (diversos) e graxa), de forma parcelada, dependendo da demanda, em estabelecimento próprio, para atender as necessidades da frota de veículos e embarcações da Coordenação Técnica Local de Eirunepé sediada na cidade de Eirunepé/AM, Total de Itens Licitados: 00006. Edital: 03/04/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 16h00. Endereço: Rua Manoel Leao, 172 Centro - ATALAIA DO NORTE - AM ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/194007-05-3-2017](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/194007-05-3-2017). Entrega das Propostas: a partir de 03/04/2017 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 13/04/2017 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

DIEGO GRACA SANDOVAL  
Pregoeiro

(SIDEC - 31/03/2017) 194035-19208-2017NE800011

## MUSEU DO ÍNDIO - RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 194022

Número do Contrato: 121/2016. Nº Processo: 08786000180201617. TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2016. Contratante: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO -.CNPJ Contratado: 12601488000191. Contratado : LYON CONSTRUTORA LTDA - EPP -.Objeto: Prorroga a vigência do contrato nº 121/2016 por mais 90 (noventa) dias, permanecendo os valores das parcelas restantes bem como as demais Cláusulas e condições do contrato original. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 27/03/2017 a 25/06/2017. Data de Assinatura: 24/03/2017.

(SICON - 31/03/2017) 194035-19208-2017NE800011

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS  
SOBRE DROGAS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2017 - UASG 200246

Número do Contrato: 3/2014. Nº Processo: 08129015785201311. INEXIGIBILIDADE Nº 6/2014. Contratante: FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD-.CNPJ Contratado: 09510849000180. Contratado : ASSOCIACAO MISSAO MARIA DE NAZARE-.Objeto: Constuii objeto deste aditivo a PRORROGAÇÃO da vigência, nos termos previstos em sua Cláusula Sexta do contrato nº 03-2014. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei de nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Vigência: 14/04/2017 a 13/04/2018. Data de Assinatura: 31/03/2017.

(SICON - 31/03/2017) 200246-00001-2017NE800025

## EXTRATOS DE DOAÇÃO

INSTRUMENTO: Termo de Doação nº 45/2017 - FUNAD/SENAD-MJSP Processo: 00187.004060/2010-41. Partes: A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, como Doadora, e a Associação Crescer Siquém - Cidade Refúgio - Betim/MG (CNPJ/MF nº 08.794.244/0002-86), como Donatária. Objeto: Doação, com encargo, de veículo, para uso da Entidade, em epígrafe, nas atividades inerentes às ações de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, na forma da legislação em vigor. Amparo Legal: Artigo 5º, incisos I e IV, da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; art. 2º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988; art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e Decreto nº 8.668, de 05 de abril de 2016. Data de assinatura: 22/03/2017. Assinatura: ROBERTO ALLEGRETTI, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, e WANDA REGINA DOS REIS MARTINS OLIVEIRA, Presidente da Associação Crescer Siquém - Cidade Refúgio - Betim/MG.

INSTRUMENTO: Termo de Doação nº 46/2017 - FUNAD/SENAD-MJSP Processo: 08129.000303/2015-82. Partes: A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, como Doadora, e o Estado do Paraná, como Donatário. Objeto: Doação, com encargo, de veículo, para uso do Departamento de Políticas Públicas sobre Drogas, nas atividades inerentes às ações de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, na forma da legislação em vigor. Amparo Legal: Artigo 5º, incisos I e IV, da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; art. 2º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988; art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e Decreto nº 8.668, de 05 de abril de 2016. Data de assinatura: 22/03/2017. Assinatura: ROBERTO ALLEGRETTI, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, e FERNANDO MAURÍCIO IMTHURM, Funcionário Público Estadual.

INSTRUMENTO: Termo de Doação nº 47/2017 - FUNAD/SENAD-MJSP Processo: 08129.000064/2017-22. Partes: A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, como Doadora, e o Estado do Acre, como Donatário. Objeto:

Doação de veículo, para uso da Polícia Civil - 3ª Regional de Rio Branco/AC, nas atividades inerentes às ações de repressão ao tráfico ilícito de drogas, na forma da legislação em vigor. Amparo Legal: Artigo 5º, incisos I e V, da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; art. 2º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988; art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e Decreto nº 8.668, de 05 de abril de 2016. Data de assinatura: 22/03/2017. Assinatura: ROBERTO ALLEGRETTI, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, e YVES FERNANDO DA COSTA, Agente de Polícia Civil do Estado do Acre.

SECRETARIA NACIONAL DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## EXTRATOS DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 831994/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE ARAUCARIA, CNPJ nº 76.105.535/0001-99. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 595.220,00, Valor de Contrapartida: R\$ 95.220,00, Vigência: 23/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 29/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 837642/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente : BAHIA SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 13.937.149/0001-43. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 384.605,84, Valor de Contrapartida: R\$ 420,00, Vigência: 29/12/2016 a 21/03/2018. Data de Assinatura: 22/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 837674/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE CANOAS, CNPJ nº 88.577.416/0001-18. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 354.410,00, Valor de Contrapartida: R\$ 5.000,00, Vigência: 23/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 837675/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente : SAO PAULO SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 46.377.800/0001-27. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 312.321,52, Valor de Contrapartida: R\$ 6.246,43, Vigência: 23/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 837676/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente : SAO PAULO SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 46.377.800/0001-27. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 408.424,15, Valor de Contrapartida: R\$ 8.424,15, Vigência: 23/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838527/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP, CNPJ nº 63.608.947/0001-08. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 128.800,00, Valor de Contrapartida: R\$ 2.582,00, Vigência: 26/12/2016 a 21/03/2018. Data de Assinatura: 23/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838529/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP,

CNPJ nº 63.608.947/0001-08. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 225.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 2.220,00, Vigência: 26/12/2016 a 21/03/2018. Data de Assinatura: 23/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838530/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE CONTAGEM, CNPJ nº 18.715.508/0001-31. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 253.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 3.000,00, Vigência: 23/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 29/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838531/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE SUZANO, CNPJ nº 46.523.056/0001-21. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 101.252,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.252,00, Vigência: 23/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 29/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 840945/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente : SAO PAULO SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 46.377.800/0001-27. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 140.250,00, Valor de Contrapartida: R\$ 2.805,00, Vigência: 27/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 841223/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001. Conveniente : POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 16.695.025/0001-97. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 247.219,00, Valor de Contrapartida: R\$ 9.588,50, Vigência: 29/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 835855/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA - MS, CNPJ nº 03.015.475/0001-40. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 255.150,00, Valor de Contrapartida: R\$ 5.150,00, Vigência: 28/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 835858/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE, CNPJ nº 18.715.383/0001-40. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 100.842,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.010,10, Vigência: 27/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 29/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 835860/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE IRATI, CNPJ nº 75.654.574/0001-82. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 115.560,00, Valor de Contrapartida: R\$ 15.560,00, Vigência: 23/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 29/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)





Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 835861/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 18.715.532/0001-70. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 306.123,15, Valor de Contrapartida: R\$ 6.123,15, Vigência: 23/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 835862/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : ESTADO DE RORAIMA, CNPJ nº 84.012.012/0001-26. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 300.300,30, Valor de Contrapartida: R\$ 300,30, Vigência: 23/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 837701/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : ESTADO DA PARAIBA, CNPJ nº 08.761.124/0001-00. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 522.819,00, Valor de Contrapartida: R\$ 22.819,00, Vigência: 28/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838013/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE DIAMANTINA, CNPJ nº 17.754.136/0001-90. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 101.216,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.216,00, Vigência: 29/12/2016 a 28/03/2018. Data de Assinatura: 29/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838015/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE SETE LAGOAS, CNPJ nº 24.996.969/0001-22. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 153.720,00, Valor de Contrapartida: R\$ 53.720,00, Vigência: 23/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 29/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838034/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 16.695.025/0001-97. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 1.065.440,00, Valor de Contrapartida: R\$ 21.308,80, Vigência: 23/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838058/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL, CNPJ nº 27.142.025/0001-86. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 588.653,35, Valor de Contrapartida: R\$ 128.783,35, Vigência: 27/12/2016 a 22/03/2018. Data de Assinatura: 24/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838063/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE CORDEIROPOLIS, CNPJ nº 44.660.272/0001-93. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 387.446,45, Valor de Contrapartida: R\$ 387,45, Vigência: 23/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 29/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838229/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 37.115.482/0001-35. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 1.969.440,00, Valor de Contrapartida: R\$ 39.519,00, Vigência: 28/12/2016 a 23/03/2018. Data de Assinatura: 24/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838231/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 08.942.610/0001-16. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 836.666,67, Valor de Contrapartida: R\$ 20.000,00, Vigência: 29/12/2016 a 22/03/2018. Data de Assinatura: 24/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838232/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 08.977.914/0001-19. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 483.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 9.660,00, Vigência: 28/12/2016 a 22/03/2018. Data de Assinatura: 24/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838236/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 04.243.026/0001-11. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 673.280,66, Valor de Contrapartida: R\$ 15.018,66, Vigência: 29/12/2016 a 21/03/2018. Data de Assinatura: 23/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838279/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 18.715.532/0001-70. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 217.350,00, Valor de Contrapartida: R\$ 18.375,00, Vigência: 23/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 838452/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 08.977.914/0001-19. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 864.666,66, Valor de Contrapartida: R\$ 17.293,33, Vigência: 28/12/2016 a 22/03/2018. Data de Assinatura: 24/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 839579/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 18.715.532/0001-70. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 667.118,82, Valor de Contrapartida: R\$ 14.287,40, Vigência: 23/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 839591/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 37.115.482/0001-35. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 718.094,00, Valor de Contrapartida: R\$ 44.175,00, Vigência: 28/12/2016 a 22/03/2018. Data de Assinatura: 24/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 839812/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 18.715.532/0001-70. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 169.846,67, Valor de Contrapartida: R\$ 5.069,00, Vigência: 23/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 840007/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE BIRIGUI, CNPJ nº 46.151.718/0001-80. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 103.156,67, Valor de Contrapartida: R\$ 3.156,67, Vigência: 23/12/2016 a 28/03/2018. Data de Assinatura: 29/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 840309/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP, CNPJ nº 63.608.947/0001-08. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 3.297.060,00, Valor de Contrapartida: R\$ 19.840,00, Vigência: 26/12/2016 a 21/03/2018. Data de Assinatura: 23/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 840462/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 26.245.509/0001-98. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 358.154,00, Valor de Contrapartida: R\$ 8.154,00, Vigência: 28/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 840469/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 26.245.509/0001-98. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 215.726,34, Valor de Contrapartida: R\$ 4.463,00, Vigência: 23/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 840491/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP, CNPJ nº 63.608.947/0001-08. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 255.576,41, Valor de Contrapartida: R\$ 5.576,41, Vigência: 23/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 840899/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP, CNPJ nº 63.608.947/0001-08. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 808.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 8.000,00, Vigência: 26/12/2016 a 21/03/2018. Data de Assinatura: 23/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 840979/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA DO DISTRITO FEDER, CNPJ nº 00.394.718/0001-00. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 404.322,00, Valor de Contrapartida: R\$ 13.305,00, Vigência: 29/12/2016 a 21/03/2018. Data de Assinatura: 23/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 841197/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : BAHIA SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 13.937.149/0001-43. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 288.454,38, Valor de Contrapartida: R\$ 300,00, Vigência: 29/12/2016 a 21/03/2018. Data de Assinatura: 23/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 841225/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 04.243.026/0001-11. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 318.160,08, Valor de Contrapartida: R\$ 18.160,08, Vigência: 29/12/2016 a 23/03/2018. Data de Assinatura: 24/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 841238/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIAR, CNPJ nº 01.409.606/0001-48. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 527.580,37, Valor de Contrapartida: R\$ 10.579,37, Vigência: 29/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 841353/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE, CNPJ nº 18.715.383/0001-40. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 222.950,00, Valor de Contrapartida: R\$ 2.233,02, Vigência: 30/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 29/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 841791/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA, CNPJ nº 01.005.727/0001-24. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 413.164,00, Valor de Contrapartida: R\$ 26.105,00, Vigência: 31/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 842320/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE CASTRO, CNPJ nº 77.001.311/0001-08. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 405.955,00, Valor de Contrapartida: R\$ 5.955,00, Vigência: 31/12/2016 a 28/03/2018. Data de Assinatura: 29/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 842329/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIAR, CNPJ nº 01.409.606/0001-48. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 5.315.829,00, Valor de Contrapartida: R\$ 298.737,00, Vigência: 31/12/2016 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 842656/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 18.715.532/0001-70. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 465.686,80, Valor de Contrapartida: R\$ 15.890,00, Vigência: 31/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 842669/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA JUSTICA, Unidade Gestora: 200331, Gestão: 00001. Conveniente : POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 18.715.532/0001-70. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 271.404,87, Valor de Contrapartida: R\$ 21.575,00, Vigência: 31/12/2016 a 26/03/2018. Data de Assinatura: 28/03/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DA JUSTICA - MIN.DA JUSTICA / ALEXANDRE ARAUJO MOTA- SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUBSTITUTO.

(SICONV(PORTAL) - 31/03/2017)

## Ministério da Saúde

### GABINETE DO MINISTRO

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 840244/2016, Nº Processo: 25000192201201621, Concedente: MINISTERIO DA SAUDE, Conveniente: ASSOCIACAO EVANGELICA BENEFICENTE DE MINAS GERAIS CNPJ nº 17214743000167, Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS DE USO ÚNICO, Valor Total: R\$ 20.185,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 20.185,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE803541, Valor: R\$ 14.610,00, PTRES: 127061, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 33504305; Num Empenho: 2016NE803537, Valor: R\$ 1,00, PTRES: 127060, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 33504305; Num Empenho: 2016NE803538, Valor: R\$ 9,00, PTRES: 127059, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 33504305; Num Empenho: 2016NE803540, Valor: R\$ 252,00, PTRES: 127057, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 33504305, Vigência: 23/03/2017 a 23/03/2018, Data de Assinatura: 23/03/2017, Signatários: Concedente: RICARDO JOSE MAGALHAES BARROS CPF nº 424.789.799-34, Conveniente: EULER BORJA CPF nº 000.048.126-20.

#### RETIFICAÇÃO

No Extrato do Convênio nº 833817 Nº Processo: 25000.076119/2016-50, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HIDROLANDIA - GO, CNPJ nº 11.320.964/0001-33, publicado no Diário Oficial da União nº. 130, de 08/07/2016, Seção 3, Página 113, onde se lê: Vigência: 30/06/2016 a 30/06/2017 Data de assinatura: 30/06/2016; leia-se Vigência: 01/07/2016 a 01/07/2017 Data de assinatura: 01/07/2016.

### SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

#### EXTRATO DE CONVENIO

CONVENENTES: Celebram entre si a União, por meio do Ministério da Saúde - CNPJ/MF nº 00.394.544/0127-87 e a CAPESESP - CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - CNPJ/MF nº 30.036.685/0001-97. OBJETO: Proporcionar aos servidores do Ministério da Saúde o ingresso no Plano de Pecúlio administrado pela CAPESESP. PROCESSO: 25000.126808/2015-31. VIGÊNCIA: 60(sessenta) meses a partir da data da sua assinatura. DATA DE ASSINATURA: 30 de março de 2017. SIGNATÁRIOS: Pablo Marcos Gomes Leite - Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde - CPF nº 835.795.591-68 e João Paulo dos Reis Neto - Diretor-Presidente da CAPESESP - CPF nº 216.446.833-34.

### COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2017 - UASG 250110

Nº Processo: 25000048396201672. DISPENSA Nº 42/2016. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE - .CNPJ Contratado: 00000000000191. Contratado : BANCO DO BRASIL SA -.Objeto: Contratação de instituição financeira oficial federal para realizar atividade de avaliação dos planos de recuperação, em conformidade com o disposto no Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem fins lucrativos - PROSUS. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais normas que regem. Vigência: 30/03/2017 a 29/03/2018. Valor Total: R\$398.100,00. Fonte: 6151000000 - 2017NE800368. Data de Assinatura: 30/03/2017.

(SICON - 31/03/2017) 250110-00001-2017NE800119

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 - UASG 250110

Número do Contrato: 16/2015. Nº Processo: 25000166242201408. PREGÃO SISPP Nº 10/2015. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -.CNPJ Contratado: 04603737000150. Contratado : EXPERTISE - INTELIENCIA E -PESQUISA DE MERCADO LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 16/2015, para que se estenda pelo período de 06 de maio de 2017 até 05 de maio de 2018. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 06/05/2017 a 05/05/2018. Data de Assinatura: 30/03/2017.

(SICON - 31/03/2017) 250110-00001-2017NE800119

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 250110

Número do Contrato: 18/2016. Nº Processo: 25000047059201587. PREGÃO SRP Nº 45/2014. Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -.CNPJ Contratado: 03376350000145. Contratado : LVK SISTEMAS LTDA -.Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 18/2016, a fim de que se estenda para o período de 22 de março de 2017 a 21 de março de 2018. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 22/03/2017 a 21/03/2018. Data de Assinatura: 21/03/2017.

(SICON - 31/03/2017) 250110-00001-2017NE800119

### COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 18/2017 UASG 250005

Nº Processo: 25000.197664/2016 . Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual aquisição de Lamivudina 10 MG/ML. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 03/04/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h59. Endereço: Esplanada Dos Ministérios, Bloco g Anexo A, Sala 464 Plano Piloto - BRASILIA - DF ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/250005-05-18-2017](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/250005-05-18-2017). Entrega das Propostas: a partir de 03/04/2017 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 13/04/2017 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: O item 2, destina-se a cota reservada para as microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas, conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (atualizada pela LC n. 147/2014). Dessa forma, caso alguma empresa que não se enquadre como ME/EPP/Sociedades Cooperativas cadastre preço para o item 2, terá sua proposta recusada.

CARLOS EDUARDO DALLA CORTE  
Pregoeiro

(SIDECA - 31/03/2017) 250110-00001-2017NE800119

### DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

#### EDITAL Nº 99, DE 31 DE MARÇO DE 2.017

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, convoca a Glênio Caetano Gonçalves - Medicamentos e Perfumaria - ME - CNPJ nº \*\*.783.081/0001-\*\*, que se encontra em local incerto e não sabido para retirar e atender a notificação referente ao Ofício Sistema/MS/SE/FNS nº 003405, de 10/03/2017, relativo a débitos de Recursos do SUS - RA nº 16.574, junto ao Ministério da Saúde. O não atendimento no prazo de 15 dias, contados da data de publicação deste, ensejará o envio do processo à Procuradoria Seccional da União - PGU. Fundo Nacional de Saúde, sito na Esplanada dos Ministérios-Bloco "G" - Anexo "B" - sala 246 - Brasília/DF. Quaisquer dúvidas contactar com técnicos da Coordenação de Contabilidade, pelo telefone (061) 3315-3015.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

#### EDITAL Nº 100, DE 31 DE MARÇO DE 2.017

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, convoca a Sra. Sara Breves de Paiva Revoredo - CPF nº \*\*\*.000.351-\*\*, Sócia da Drogaria Nova Fórmula Ltda - ME / DF, que se encontra em local incerto e não sabido para retirar e atender a notificação referente ao Ofício Sistema/FNS/SE/MS nº 002592, de 24/02/2017, relativo a débitos de Recursos do SUS - RA nº 16.601, junto ao Ministério da Saúde. O não atendimento no prazo de 15 dias, contados da data de publicação deste, ensejará o envio do processo à Procuradoria Seccional da União - PGU. Fundo Nacional de Saúde, sito na Esplanada dos Ministérios-Bloco "G" - Anexo "B" - sala 246 - Brasília/DF. Quaisquer dúvidas contactar com técnicos da Coordenação de Contabilidade, pelo telefone (061) 3315-3015.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

#### EDITAL Nº 101, DE 31 DE MARÇO DE 2017

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, convoca o Sr. Athos Sena Pontes - CPF nº \*\*\*.522.316-\*\*, Sócio da Drogaria Sena Oliveira Ltda - ME/MG, que se encontra em local incerto e não sabido para retirar e atender a notificação referente ao Ofício Sistema/FNS/SE/MS nº 002543, de 24/02/2017 relativo a débitos de Recursos do SUS - RA nº 16.649, junto ao Ministério da Saúde. O





**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº**                      **/ 2017**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO ACRE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, E A FUNDAPE – FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ACRE.**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO – art. 24, XIII, Lei 8.666/93**  
**PROCESSO PGE Nº \_\_\_\_\_/2017 - PARECER PGE/PA Nº \_\_\_\_/2017**

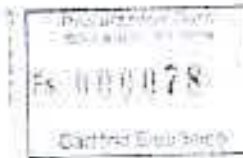
O Estado do Acre, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC/MF sob o nº 04.034.443/001-54, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.608.947/0001-08, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 232, Centro – Subsolo do Palácio das Secretarias, em Rio Branco – Acre, neste ato representada pelo seu Secretário **EMYLSON FARIAS DA SILVA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1200705-6 SSP/AC, inscrito no CPF nº 412.613.482-49, residente e domiciliado em Rio Branco-AC, conforme Decreto Estadual nº 02 de 02.01.2015, publicado no Diário Oficial do Estado, doravante denominado **CONTRATANTE**; e do outro lado a **FUNDAPE – FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ACRE**, inscrita no CNPJ nº 02.646.829/0001-91, Inscrição Estadual nº 01.005.342/001-05, com sede na Estrada BR 364, KM 04, Bloco da Reitoria, Campus Universitário, Distrito Industrial, CEP: 69.920-900, Cidade Rio Branco, Estado do Acre, neste ato representada por seu Diretor Presidente o Sr. **ISMAR BERNARDO DE ARAÚJO**, brasileiro, divorciado, funcionário público da Universidade Federal do Acre-UFAC, Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, portador do RG nº 126.863 SSP/AC e inscrito no CPF nº 188.818.902-91, residente e domiciliado no Conjunto Tucumã, Rua W1, nº 188, CEP: 69.919-775, Rio Branco-Acre, doravante denominada **CONTRATADA**, perante as testemunhas abaixo firmadas pactuam o presente CONTRATO, Dispensa de licitação com fulcro no art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, PARECER PGE/PA nº \_\_\_\_/2017, Processo PGE nº \_\_\_\_/2017, que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Contratação da FUNDAPE visando a realização de Pesquisa de Reincidência Criminal (estudos e análise aprofundada dos problemas que afetam a Segurança Pública), através do Convênio 824613/ 2015/ COCEC/ CGOFIn/ DEAPSEG/ SENASP, para implementação do Laboratório de Pesquisa e Estudo da Violência e da Criminalidade – LAPESC, no Estado do Acre.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O valor total deste Contrato é de **R\$ 77.630,00** (setenta e sete mil seiscentos e trinta reais), para a prestação dos serviços descritos na proposta de condições comerciais.





## ESTADO DO ACRE

### SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

#### **CLÁUSULA TERCEIRA — DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

A CONTRATADA assume, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de mão-de-obra necessária à boa e perfeita execução dos serviços contratados conforme discriminado na proposta técnica e comercial. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** — O CONTRATANTE permitirá a CONTRATADA o acesso aos dados ou documentos requeridos, com pronto atendimento, inclusive suprimindo com os devidos esclarecimentos e informações complementares eventualmente solicitados.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** — O CONTRATANTE manterá o zelo na exatidão dos dados, informações e documentos entregues a CONTRATADA, observando sempre as formas prescritas, responsabilizando-se, de forma solidária, pelo o que resultar das referidas informações.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** — Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa, de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** — O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrente da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** — O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA QUARTA — DO PRAZO**

O prazo da vigência contratual, em conformidade com o artigo 57 da Lei 8.666/93, com início na data da assinatura do Contrato e término em 23/12/2017, de acordo com prazo do Convênio nº 824613/2015.

#### **CLÁUSULA QUINTA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução correrão à conta do Programa de Trabalho: 7190030618111918790000; Elemento de Despesa: 33.90.39.00 Fonte de Recurso: 200-Convênio.

#### **CLÁUSULA SEXTA — OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além de outras obrigações estipuladas neste instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº. 8.666, de 21.06.93, constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. Designar 01 (um) representante para figurar como responsável por este Contrato;
- II. Observar, durante a execução do Contrato, o fiel cumprimento das pertinentes leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor;





## ESTADO DO ACRE

### SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

III. Entregar o objeto do presente Contrato em restrita obediência as especificações técnicas descritas nas condições estabelecidas pelo CONTRATANTE, bem como na proposta encaminhada.

IV. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, decorrentes do objeto do presente contrato.

V. Reparar, corrigir, remover, substituir as suas expensas, no total ou em parte, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação expedida pelo CONTRATANTE.

VI. Manter as condições originais de habilitação para a inexigibilidade, até o fim vigência deste Contrato;

VII. Assumir a responsabilidade por todas as despesas diretas e indiretas, inclusive, com pessoal utilizado na execução dos serviços, que não terá quaisquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

VIII. Substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que verificarem defeitos resultantes da execução do contrato.

### CLÁUSULA SÉTIMA — OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além de outras obrigações estipuladas neste instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº. 8.666, de 21.06.93, constituem, ainda, obrigações do CONTRATANTE:

I.O CONTRATANTE designará funcionário, que atuará como gestor do Contrato, e /ou comissão que atuará conjuntamente com o gestor, os quais serão responsáveis pela avaliação dos produtos, pela liquidação da despesa e pelo atestado de cumprimento das obrigações do Contrato, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/93;

II. Oferecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa realizar os serviços dentro das especificações técnicas enumeradas neste instrumento.

III. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

IV. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o Contrato.

V. Comunicar a CONTRATADA, por escrito:

a) Quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com este Contrato;

b) Aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

### CLÁUSULA OITAVA — DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONTRATANTE, a seu critério e através de pessoas previamente designadas para esse fim, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução dos serviços contratados, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** — A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os MÉTODOS e PROCESSOS de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** — A existência e a atuação da Fiscalização do CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados e suas consequências e implicações próximas ou remotas.

### CLÁUSULA NONA — DAS PENALIDADES





## ESTADO DO ACRE

### SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Em caso de atraso injustificado no fornecimento ou de inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação do disposto nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, conjugado com o artigo 70 da Lei 10.520/02 e com o § 1º do artigo 10 do Decreto no. 12.472, de 05 de julho de 2005.

a) Multa de 02% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado; por dia de atraso em relação aos prazos fixados para entrega, até o limite de 10% (dez por cento) do total da contratação;

b) Suspensão, pelo prazo de até 02 (dois) anos, do direito de participar de licitações e de contratações com a Administração Pública Estadual.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** — Quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "A" do caput desta Cláusula, fica o CONTRATANTE, desde logo, autorizado a RETER e COMPENSAR dos créditos da CONTRATADA o valor da multa devida.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** — As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

### CLÁUSULA DÉCIMA — DA RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente CONTRATO nas hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e inciso XVIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação no D.O.E., em resumo, do presente contrato, conforme art. 26 da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DOS TRIBUTOS E DESPESAS

Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu Objeto.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — FORO

Fica eleito o foro da cidade de Rio Branco para solucionar eventuais litígios decorrentes da execução deste CONTRATO, afastado qualquer outro, por privilegiado que seja.



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, redigido em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio Branco – Acre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Emylson Farias da Silva  
Secretário de Segurança Pública  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
Ismar Bernardo de Araújo  
Diretor Presidente – FUNDAPE –  
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa  
e Extensão Universitária no Acre  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_





**ESTADO DO ACRE**  
Secretaria de Estado de Segurança Pública



## **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 017/DCCL/2017/IL.

**ASSUNTO:** Razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço.

**FORNECEDOR:** FUNDAPE – Fundação de APOIO E Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre.

**OBJETO:** Contratação da FUNDAPE visando a realização de Pesquisa de Reincidência Criminal (estudos e análise aprofundada dos problemas que afetam a Segurança Pública), através do Convênio 824613/2015/COCEC/CGOFin/DEAPSEG/SENASP, para implementação do Laboratório de Pesquisa e Estudo da Violência e da Criminalidade — LAPESC, no Estado do Acre.

## **JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

A contratação de serviços especializados para Pesquisa de Reincidência Criminal – a presente proposta é de fundamental importância para a execução das ações da Política de Segurança para a operacionalização do Laboratório de Pesquisa e Estudo da Violência e da Criminalidade – LAPESC.

Destaca-se que o profissional de segurança pública em pleno exercício de suas funções é detentor de uma gama de informações e conhecimentos, entretanto, são conhecimentos empíricos que precisam ser lapidados pelo viés científico, pelo uso de ferramentas e métodos que permita a análise mais acurada dos problemas, que proporcione explicações para compreensão dos fatores associados a violência e ao crime.

Nesse sentido o LAPESC (SESP-AC), em parceria com Instituições de Ensino Superior e demais Órgãos de Intuições afins, desenvolverá estudos e pesquisas que possibilitarão na elaboração de políticas públicas mais efetivas.

Tais estudos científicos contribuem na compreensão da dinâmica da violência e criminalidade e ajudam com diagnóstico de suas causas e problemáticas, bem como para propor alternativas que objetivem a redução da violência no Estado do Acre

**a) Da razão da escolha do fornecedor e do preço:** (incs. II, do parágrafo único do art. 24 da Lei Federal 8.666/1993)

Diante da situação acima retratada, esta Secretaria buscou no mercado empresas para realização de Pesquisa de Reincidência Criminal (estudos e análise aprofundada dos problemas que afetam a Segurança Pública), afim de se cotar os valores ofertados no mercado. Das empresas contatadas, a Empresa FUNDAPE, foi a que apresentou o menor preço no universo pesquisado, conforme se verifica das propostas constantes nos autos, as quais estão sintetizadas na tabela a seguir:

Av. Getúlio Vargas, 232, Centro – Fone (068) 3224-1183/3224-7865  
Subsolo do Palácio das Secretarias – e-mail: mfatima.melo@ac.gov.br  
CEP 69900-660 – Rio Branco/Acre



**ESTADO DO ACRE**  
Secretaria de Estado de Segurança Pública



ITEM	Discriminação dos serviços	PRAZO	NEVES E MARIANO, CNPJ: 08.673.393/0001-06	PESQUISAR CONS. E INSTRUTORIA LTDA, CNPJ: 17.754.362/0001-70	FUNDAPE CNPJ: 02.646.829/0001- 91
			Valor Total	Valor Total	Valor Total
1	<p>- Pesquisa de Reincidência Criminal: Distinção conceitual entre Reincidência Criminal e Reincidência Prisional, Desenvolvimento de metodologia para mensurar a reincidência criminal e reentrada prisional nas Unidades Penitenciárias em Rio Branco-Acre, Aplicação e tabulação de até 400 questionários;</p> <p>Os resultados serão entregues na forma de relatório físico e em mídia, composto por todas as informações estatísticas (tabulação dos resultados obtidos) e um sumário analítico (análise qualitativa das informações estatísticas das informações e orientações de caráter estratégico) contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Identificação dos fatores espaciais e individuais associados à prática da reincidência criminal;</li> <li>b) Avaliação das oscilações de tempo;</li> <li>c) Identificação dos motivos que levam determinados indivíduos a possuírem maior ou menor propensão a reincidência;</li> <li>d) Proposição de soluções para prevenção de reincidência, baseado em estudos de casos positivos (pessoas que saíram do sistema prisional e não voltaram a cometer crimes);</li> <li>e) Proposição de medidas de intervenção do Estado nesse processo</li> </ul>	06 MESES	R\$ 100.000,00	93.000,00	77.630,00
<b>PREÇO TOTAL (R\$)</b>			<b>R\$ 100.000,00</b>	<b>R\$ 93.000,00</b>	<b>R\$ 77.630,00</b>
<b>OBSERVAÇÕES:</b> com base nos preços de mercado					

**Ressalte-se que, além do menor preço, a empresa FUNDAPE – Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre, é uma empresa**

Av. Getúlio Vargas, 232, Centro – Fone (068) 3224-1183/3224-7865  
Subsolo do Palácio das Secretarias – email: mfatima.melo@ac.gov.br  
CEP 69900-660 – Rio Branco/Acre







**ESTADO DO ACRE**  
Secretaria de Estado de Segurança Pública



conceituada no ramo, há muitos anos presta esse tipo de serviço à Administração Pública Estadual não tendo até o momento registro de fatos desabonadores à qualidade e eficiência na prestação de serviços.

Quanto à documentação de habilitação esta Secretaria utiliza-se da faculdade de dispensar parte dela, nos termos do § 1º do art. 32 da Lei nº 8.666/93.

**Conclusão**

Diante de todo exposto, tem-se que:

- a) resta caracterizada a ocorrência da hipótese legal da **aquisição direta**, com fulcro no artigo 24, inciso IV, Lei Federal 8.666/1993;
- b) que os preços praticados pela empresa **FUNDAPE – Fundação de APOIO E Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre**, está em consonância com os praticados no mercado, portanto, adequados, restando assim demonstrada a vantajosidade na contratação a ser realizada, uma vez que foi a menor cotação recebida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Rio Branco, 11 de outubro de 2017.

  
**Kátia Maria Oliveira da Costa**  
Chefe da Divisão de Compras e Licitações